



**DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território
e do Desenvolvimento Regional



www.dpp.pt

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
1. Apreciação Global	7
2. Recursos Humanos	13
2.1. Formação	18
2.2. SIADAP	24
3. Recursos Orçamentais	27
4. Síntese das Actividades Desenvolvidas pelos Serviços e Núcleos do DPP	33
5. <i>Workshops</i> / Conferências	49
6. Publicações Editadas em 2007	57
ANEXO – Relatório de Actividades do Gabinete de Relações Internacionais	



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) apresenta o relatório das actividades que desenvolveu ao longo do ano de 2007.

No presente relatório são explicitados os recursos (humanos, financeiros e logísticos) de que o Departamento dispôs para levar a cabo a “missão” de que está incumbido.

É também apresentada informação detalhada sobre o grau de execução das actividades e projectos executados pelas diversas unidades orgânicas do Departamento nos termos do Programa de Actividades aprovado superiormente.

O ano de 2007 fica marcado pelo processo de fusão entre o Departamento de Prospectiva e Planeamento, o Gabinete de Relações Internacionais e o Gabinete de Estudos, pela transferência para DGO das atribuições relativas ao Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e pela assumpção de novas competências na área do Planeamento e Gestão Estratégica, na sequência da concretização do Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), dando lugar ao Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) do MAOTDR.

O contexto de desenvolvimento das actividades caracterizou-se, assim, por dificuldades acrescidas decorrentes da fase de reestruturação.

Os resultados obtidos em termos de concretização das actividades ficam a dever-se ao elevado profissionalismo e capacidade de adaptação existentes nos diferentes sectores do Departamento e que caracterizam a equipa do DPP no seu conjunto.

Tendo em conta que o Planos de Actividades do ex-GRI para 2007 seguia uma estrutura diferente da adoptada pelo DPP, o Relatório de Actividades do GRI é apresentado em secção autónoma. Os capítulos 2 e 3, referentes aos recursos humanos e orçamentais, reportam-se ao conjunto dos meios do Departamento de Prospectiva e Relações Internacionais (DPP).

1. APRECIÇÃO GLOBAL



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2007, o quadro legal de actuação do DPP sofreu as alterações decorrentes da concretização do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). O Decreto Regulamentar nº. 51/2007 de 27 de Abril consagrou a fusão do Departamento de Prospectiva e Planeamento, do Gabinete de Relações Internacionais e do Gabinete de Estudos, tendo as competências em matéria de PIDDAC transitado para a Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

Em termos administrativos, a fusão entre o DPP, o GRI e o GE concretizou-se no final de Agosto, aquando da consolidação dos orçamentos do DPP e do GRI (o GE não tinha já quaisquer recursos afectos).

A transferência de competências em matéria de PIDDAC concretizou-se em Julho de 2007, com a transferência dos efectivos requerida pela DGO. Pese embora esta transferência de competências, o DPP manteve nas suas actividades, a título transitório, a função de gestão e *help-desk* do Sistema de Informação do PIDDAC (SIPIDDAC).

A resposta às solicitações associadas à preparação dos diferentes diplomas legais e demais instrumentos de regulação, bem como os procedimentos administrativos significativamente acrescidos necessários à efectivação da fusão envolveram meios substanciais quer ao nível de dirigentes quer da área de administração.

A função de gestão e *help-desk* do Sistema de Informação do PIDDAC (SIPIDDAC) foi mantida num quadro de particulares especificidades, tendo em conta que a coordenação e o planeamento dos trabalhos de preparação do PIDDAC 2008 foi da responsabilidade de uma outra Direcção-Geral (DGO). A Divisão de Informática do DPP assegurou a referida função e o pleno cumprimento do objectivo de conclusão do PIDDAC 2008, apesar de a respectiva capacidade de resposta estar diminuída, pela cessação de funções da respectiva chefia em Julho, na sequência de nomeação para outro organismo. A manutenção das responsabilidades do DPP na gestão do SIPIDDAC num quadro de reestruturação, associada à cessação de funções da responsável traduziu-se numa redução do nível de actividade da área de informática e, conseqüentemente, numa execução de actividades aquém do previsto.

Com a entrada em vigor do novo enquadramento legal do DPP, cessou funções o Licenciado José Manuel Félix Ribeiro, até então Subdirector-Geral. O seu inestimável contributo, enquanto dirigente superior, para o cumprimento da missão do DPP, para a



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

valia de muitos dos documentos publicados e para o avanço da área de Prospectiva na Administração Pública merecem um reconhecimento público que se expressa neste Relatório.

No final de Agosto de 2007 a equipa de direcção superior do DPP alterou-se, tendo cessado funções, a seu pedido, o Professor Doutor João Eduardo Gata, até então Director-Geral, e tendo sido designada para o cargo a Licenciada Manuela Proença e para Subdirector-Geral o Licenciado António Natalino Martins.

Não obstante os constrangimentos enfrentados em matéria de recursos humanos, o DPP deu cumprimento às suas principais atribuições, devido essencialmente à competência, profissionalismo e dedicação de um conjunto de funcionários das várias carreiras e níveis hierárquicos. Os dirigentes das várias unidades orgânicas para além do exercício das suas competências de chefia envolveram-se intensamente em tarefas de carácter técnico e executivo.

No âmbito da cooperação com entidades terceiras, designadamente da Administração Pública, foram celebrados protocolos, com concretização de acções, com o Instituto Nacional de Estatística (INE) para o “desenvolvimento de novos estudos para a construção de indicadores sintéticos para as regiões portuguesas”, com o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR) e o Grupo de Trabalho do QREN visando a elaboração de um relatório final sobre o Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) e com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) tendo como objectivo a realização do estudo “Cenarização de Enquadramento para o Estudo de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa”.

No quadro mais específico do acolhimento de estagiários, realizaram-se três estágios curriculares de finalistas de licenciaturas do ISCTE.

No conjunto das actividades desenvolvidas pelo DPP ao longo de 2007, destacam-se:

- A conclusão dos trabalhos relacionados com a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013: Avaliação Ex-ante do Cumprimento do Princípio da Adicionalidade; Avaliação ex-ante do impacto macroeconómico do QREN e Revisão da Avaliação Ex-ante;
- A participação no projecto Interreg III-C “Cidades Inteligentes”, que envolveu a organização de um conjunto de Workshops regionais (Lisboa, Barreiro, Évora e Faro),



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

a participação noutros eventos, designadamente, a participação no seminário internacional "Espaços Urbanos Criativos para a Competitividade" e a elaboração do Relatório "Cidades Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável";

- A elaboração do estudo sobre dinâmicas regionais de crescimento "Os Espaços do Crescimento Económico", objecto de uma acção de divulgação que precedeu a divulgação da respectiva versão final;
- Os trabalhos preparatórios do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), que envolveram a elaboração de dois documentos intermédios e três apresentações externas, sendo uma para a equipa da OCDE que efectuou o Exame Territorial a Portugal;
- O desenvolvimento dos trabalhos relativos à Convergência Real das Regiões Portuguesas e Impacto das políticas Públicas, tendo sido elaborado um segundo relatório intermédio, que foi objecto de apresentação e discussão com entidades do MAOTDR;
- O início da colaboração com o INE tendo em vista o desenvolvimento de um sistema de indicadores sintéticos para as regiões portuguesas, caracterizadores do desenvolvimento regional em diferentes dimensões;
- A participação, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, na Conferência internacional "Beyond GDP: Measuring Progress, True Wealth and Well-Being of Nations", cujos trabalhos preparatórios envolveram uma equipa do DPP que contou também com a participação do INE;
- A elaboração do documento sobre metodologias de prospectiva "A Escola Francesa de Prospectiva no Contexto dos Futures Studies – Da Comissão do Ano 2000 às Ferramentas de Michel Godet";
- A realização da primeira acção de formação sobre "Prospectiva e Estratégia Territorial" destinada a quadros do MAOTDR e a outros quadros da Administração e Gabinetes de Estudo;
- Os trabalhos de preparação de cenários para a economia portuguesa no horizonte 2020, tendo em vista a elaboração de cenários de suporte às negociações para o período pós-Quoto (2013-2020);



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- A elaboração do estudo “Cenarização de Enquadramento para o Estudo de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa”;
- O lançamento de uma nova publicação do DPP “Da Sphera”, difundida on-line, que pretende cobrir um conjunto de aspectos relevantes para o mundo de hoje, em torno de duas grandes temáticas da envolvente externa de Portugal – “Sustentabilidade e Inovação” e “Globalização e Competitividade. Esta publicação sucede, em novos moldes, a revista “Informação Internacional. Análise Económica e Política”;
- O lançamento de uma nova publicação periódica “Desenvolvimento Sustentável e Competitividade – Informação Socioeconómica”, que sucede a anterior publicação “Informação Económica” e que visa a divulgação de informação estatística sobre Portugal e o respectivo confronto internacional e, a partir de 2008, de informação regional, bem como de medidas de política (nacionais e internacionais) relevantes;
- O início das actividades associadas à implementação do Sistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADP 1) no MAOTDR, tendo-se realizado a primeira reunião de coordenação com todos os organismos do Ministério;
- A promoção e realização de várias acções de formação, entre as quais se salientam: “Metodologias de Avaliação de Interacções Económico-Ambientais” “Teorias de Crescimento Endógeno” e “Modelo Times para Portugal”.

No final do ano, concretizou-se uma profunda renovação do site do DPP, oferecendo-se uma gama mais vasta de conteúdos e novas funcionalidades, tendo-se procedido ao respectivo lançamento numa sessão externa que contou com representantes de vários organismos do MAOTDR e de outros departamentos da Administração Pública.

2. RECURSOS HUMANOS



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) tinha a prestar serviço, em 31 de Dezembro de 2007, 91 colaboradores, incluindo 6 avenças e dois funcionários em situação de destacamento (1 técnico superior principal, na Comissão Europeia e 1 assistente administrativo especialista, no Gabinete do MAOTDR).

Este volume de efectivos representou uma redução (líquida) de 10 colaboradores relativamente a 31 de Dezembro de 2006, redução essa que teve especial incidência na carreira Técnica-Superior. Esta redução traduz uma diminuição de 13 colaboradores nos serviços do ex-DPP (4 em resultado da reafecção de funções à DGO) e um aumento de 3 colaboradores no GRI.

MOVIMENTO DE EFECTIVOS

Carreira	Saídas			Entradas			Saldo		
	DPP	GRI	DPP+GRI	DPP	GRI	DPP+GRI	DPP	GRI	DPP+GRI
Dirigente	2	1	3	0	0	0	-2	-1	-3
Técnica-Superior	8	1	9	0	3	3	-8	2	-6
Técnica	0		0	0		0	0	0	0
Técnico-Profissional	0		0	0		0	0	0	0
Informática	0		0	0		0	0	0	0
Administrativa	3		3	1	1	2	-2	1	-1
Outras	1		1	0	1	1	-1	1	0
Total	14	2	16	1	5	6	-13	3	-10

De facto, ao longo do ano de 2007 *cessaram funções* no DPP 15 colaboradores. Destes, cinco colaboradores (1 dirigente superior e 4 técnicos superiores passaram a exercer funções noutros organismos, em resultado da concretização do PRACE). O número de funcionários aposentados foi três, dois funcionários foram objecto de transferência para outros organismos e o Director-Geral cessou funções, a seu pedido. Foram objecto de requisição para outros organismos três colaboradoras (1 dirigente intermédio para o Instituto Nacional de Estatística e 2 técnicos superiores para a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, do Ministério da Defesa Nacional) e dois funcionários iniciaram licença sem vencimento.

Nos movimentos de *entradas* de efectivos o reforço cifrou-se em três colaboradores, dois Assistentes Administrativos e um Motorista, sendo que apenas esta última entrada se concretizou após o processo de fusão, visando colmatar necessidades do Gabinete de



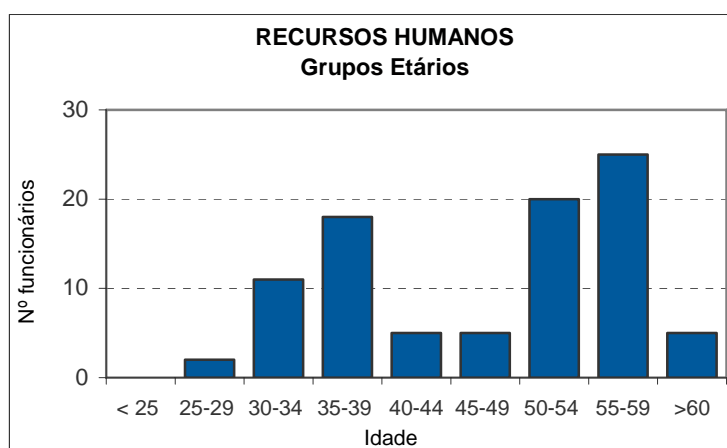
DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Relações Internacionais. A estes acrescem três novas avenças, com início em Dezembro de 2007 na área das Relações Internacionais.

A repartição por género evidencia que os funcionários do sexo feminino são preponderantes, tendo representado 72,5% do total de efectivos.

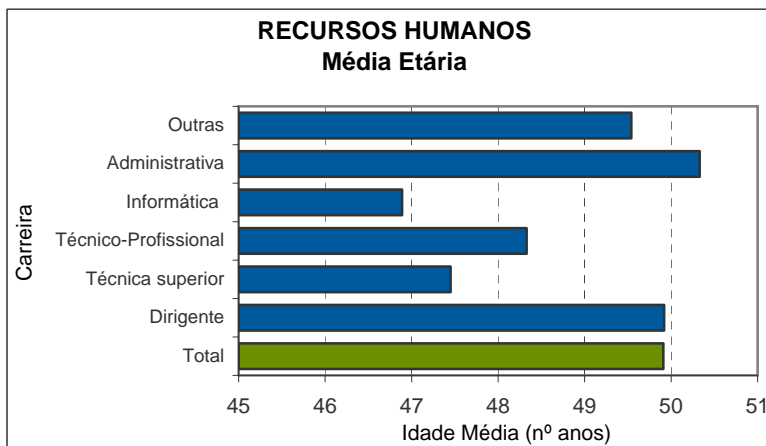


A média etária dos colaboradores situava-se em 49,9 anos, ocorrendo a média etária mais baixa nos técnicos da carreira informática e a mais elevada no pessoal auxiliar.

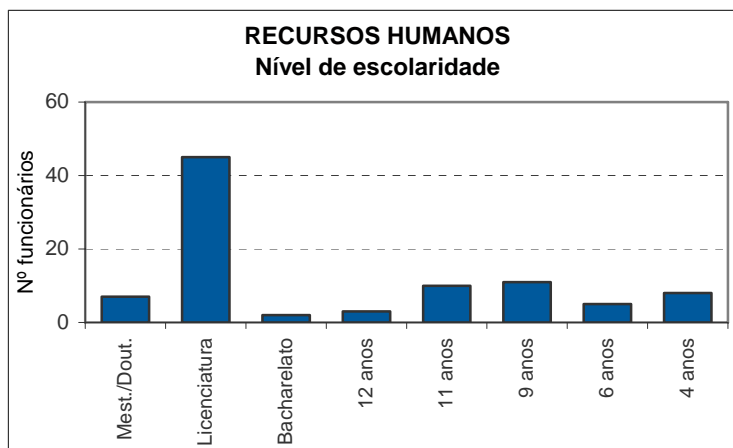




DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



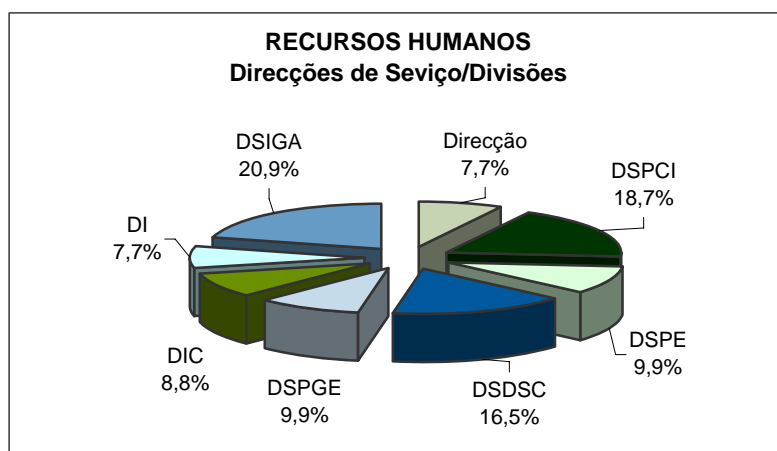
Do total de efectivos, 7 funcionários possuíam doutoramento ou mestrado e 45 eram portadores de uma licenciatura. No entanto, as habilitações de cerca de 13 funcionários não ultrapassavam o 6º ano de escolaridade.



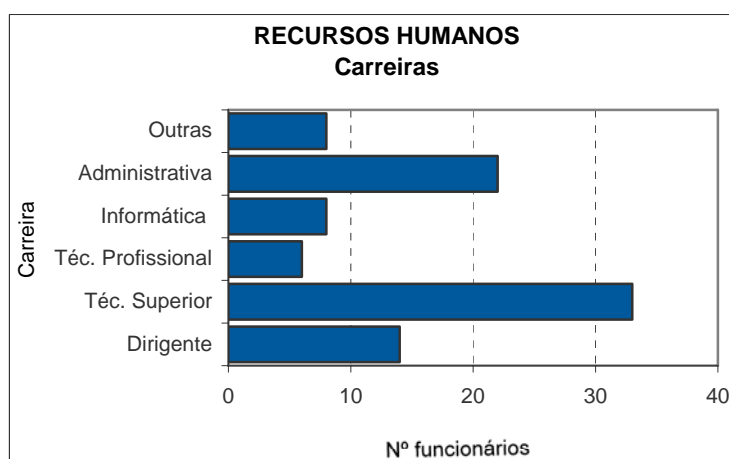
Considerando o conjunto das carreiras, 63% dos funcionários estavam afectos à Direcção e aos Serviços Técnicos – Políticas Comunitárias e Internacionais, Prospectiva Estratégica, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade e Planeamento e Gestão Estratégica –, 16,5% aos núcleos técnicos de apoio – Informação e Comunicação e Informática – e 20,9% aos Serviços de Administração.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Ao longo de 2007 realizaram-se um conjunto de procedimentos concursais para cargos de direcção intermédia, bem como alguns concursos de acesso, tendo ficado concluídos até 31 de Dezembro: os procedimentos concursais para os cargos de Director de Serviços de Prospectiva Estratégica, de Desenvolvimento Sustentável e Competitividade e de Políticas Comunitárias e Internacionais, bem como os concursos de acesso para um lugar de Assessor Principal, um lugar de Assessor e um lugar de Técnico Superior Principal.



Ao longo do ano verificaram-se 1510 dias de ausência ao serviço (excluindo as que constituíam direito de férias), determinados essencialmente por razões de doença (63%), valor que se situa muito abaixo do registado em anos anteriores (2559 dias, em 2006).



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

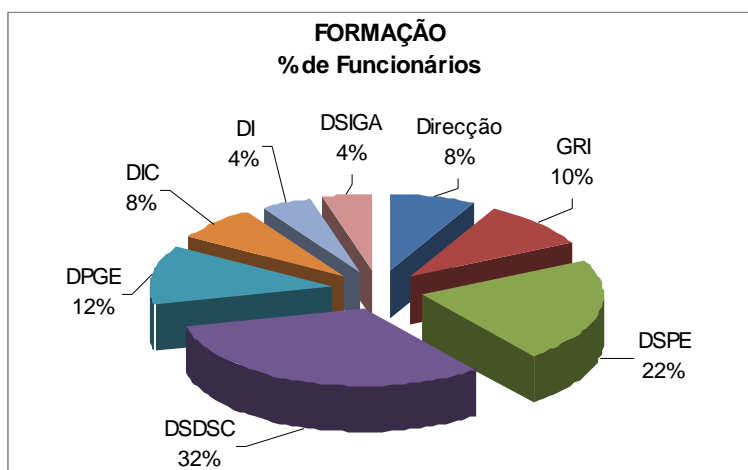
Categoria	Direcção	GRI	DSPE	DSDSC	DSPGE	DSIGA			Total
						DI	DIC	Pessoal & Contabilidade	
Director-Geral	1								1
Subdirector-Geral	1	1							2
Director de Serviços		1	1	1	1			1	5
Chefe de Divisão		1	1	2			1		5
Total	2	3	2	3	1	0	1	1	13
Assessor Principal	1	1	2	4	1		2		11
Assessor		1		3					4
Técnico Superior Principal		1 *	3		4				8
Técnico Superior de 1ª Classe			1	2	1				5
Técnico Superior de 2ª Classe		2							6
Avenças		6							6
Técnico de 2ª classe		1							1
Total	1	12	6	9	6	0	2	0	36
Coordenador Técnico						1			1
Coordenador de Projecto						1			1
Especialista de Informática de grau 3						1			1
Especialista de Informática de grau 1						2			2
Técnico de grau 2						1			1
Técnico de grau 1				1		1			2
Total	0		0	1	0	7	0	0	8
Tec. Prof. Especialista Principal			1	1	1		1		4
Técnico Profissional Especialista	1								1
Técnico Profissional 1ª		1							1
Chefe de Secção								2	2
Assistente Administrativo Especialista	2			1	1		3	10 **	17
Assistente Administrativo Principal								2	2
Assistente Administrativo									0
Total	3	1	1	2	2	0	4	14	27
Motorista	1	1							2
Telefonista								2	2
Auxiliar Administrativo								2	2
Total	1	1	0	0	0	0	0	4	6
Operário Principal Qualificado							1		1
TOTAL DE EFECTIVOS	7	17	9	15	9	7	8	19	91

* destacada ** 1 Funcionária destacada

2.1. FORMAÇÃO

Em 2007, o DPP reservou uma considerável parte do seu orçamento corrente (38 934 euros) para acções de formação dos seus funcionários. Parte destas acções foi financiada por reembolsos do F.S.E. (8,5 mil euros).

No cômputo global, realizaram-se 62 acções de formação, que corresponderam a um número total de 794 horas de formação. As acções de formação realizadas envolveram 190 participantes, correspondentes a 74 funcionários.



As acções de formação implicaram encargos financeiros directos para o Departamento em 50 dos casos – pagamento de inscrições e de honorários dos monitores. Nos casos de formação externa e no estrangeiro, a estas despesas ter-se-á de acrescentar o dispêndio em transportes, alojamentos e ajudas de custo.

Em termos médios e tendo em conta também os custos com deslocações e estadas, o custo médio por funcionário atingiu os 475 euros, enquanto que cada hora de formação teve um custo de 49 euros.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FORMAÇÃO 2007

	Com encargos	Sem encargos	Total
Custo total (euros)	38934		38934 ⁽¹⁾
Nº acções	44	19	63
Nº horas	540	254	794
Nº participantes	153	37	190
Nº funcionários	54	20	74
Custo médio (euros)			
Por acção	608		608
Por hora	72		49
Por participante	233		205
Por funcionário	721		475
Nº horas por acção	12	13	
Nº participantes por acção	3	2	3

(1) Inclui custos associados a deslocações e estadas.

As acções de formação foram avaliadas pelas respostas aos questionários qualitativos distribuídos aos formandos, tendo-se obtido uma avaliação muito positiva sobre os temas escolhidos e sobre a pertinência das acções em questão. Relativamente aos formadores, obtiveram-se alguns comentários, que serão um elemento a ter em conta para a melhoria de futuras acções similares.

Salientamos igualmente a oportunidade dada a dois técnicos superiores da DSDSC, para participarem em formação específica de nível superior, no âmbito dos *Modelos de Equilíbrio Geral* (EcoMod em Bruxelas)

Foi também dado especial ênfase à formação de pessoal na nova área da avaliação do desempenho, tanto ao nível do SIADAP1 como do SIADAP 3.

A par desta formação estruturada pelo DPP, os funcionários participaram em outros cursos, conferências, seminários e visitas de estudo em Portugal e no estrangeiro.

Neste ano de 2007, iniciou-se uma nova experiência no que se refere à formação em língua inglesa. Optou-se pelo formato de contratar uma empresa de formação (Access English) que leccionou no espaço de formação do DPP. Esta solução permitiu que um elevado número de funcionários usufruíssem desta formação, sem custos de deslocação



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

para o exterior. Após um teste de aferição de conhecimentos, 40 funcionários foram seleccionados e reunidos em 4 grupos afins.

A par da participação em acções de formação no exterior, foram realizadas acções específicas no DPP sobre temáticas da sua área de actuação e que dificilmente são oferecidas pelas entidades formadoras. São exemplo deste tipo de formação as acções de curta duração sobre: "teorias do crescimento endógeno", "ética, valores e desenvolvimento sustentável", "espaços de crescimento económico", "metodologias de avaliação do impacto económico de políticas económicas", "ambiente, economia e desenvolvimento sustentável".

Estas acções foram ministradas por formadores, oriundos, na sua maioria, de universidades portuguesas e estrangeiras.

LISTAGEM DE FORMADORES

	NOME	ORGANIZAÇÃO
Professor	Ali Bayar	ECOMOD
	Carla Marques	Access English
Prof. Doutora	Catarina Roseta Palma	ISCTE
Dra.	Isabel Teixeira Bastos	Arquivarius
Prof. Doutor	João Cleto	FCT/Universidade Nova de Lisboa
Prof. Doutor	João Eduardo Gata	DPP
Prof. Doutora	Júlia Seixas	FCT/Universidade Nova de Lisboa
Dra.	Margarita Robaina Alves	Universidade de Aveiro
Professor	Miguel Rodriguez	Universidade de Vigo
Prof. Doutor	Paulo Brito	ISEG
Prof. Doutor	Paulo Ferrão	IST
Prof. Doutora	Sofia Simões	FCT/Universidade Nova de Lisboa
Prof. Doutor	Vitor Martins	ISEG
Prof. Doutor	Viriato Soromenho Marques	FL/Universidade Lisboa

No mapa seguinte estão discriminadas todas as acções de formação (internas e externas):



Nº de Acções	Designação da Acção	Entidade Promotora	Nº Horas	Nº Formandos	Custo em Euros (1)
1	Modelo Times para Portugal	DPP / Univ. Nova	3	10	266,20
2	Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP)	INA	50	1	0,00
3	Conferência Energia e Desenvolvimento (Sines)	BCDS Portugal	6	4	241,61
4	4ª Sessão dos Serões de Competitividade Empresarial	ISG	3	1	0,00
5	Gestão Ambiental na Indústria: Soluções para a Ecoeficiência	About Blue	14	3	848,51
6	Workshop "Planear, Participar e Comunicar o Futuro"	IA / Ydreams	3	5	0,00
7	Conferência "As Tecnologias de Informação e Comunicação"	DGOTDU	3	2	100,00
8	Seminário "A importância da avaliação na implementação de projectos co-financiados pelos fundos estruturais"	INA	3	4	0,00
9	European Renewable Energy Policy Conference	Ministry / Environment	18	1	872,75
10	Seminário "Enquadramento Jurídico da Mobilidade Especial de Funcionários e Agentes da Administração Pública Directa e Indirecta do Estado"	INA	6	1	100,00
11	Conferência Inaugural do Fórum Português Pós-Quito	FCGulbenkian	6	2	0,00
12	Workshop II: Integrate Modelling of Environment and energy Policy-Portuguese Scenarios for 2030 and its Environmental Implications	Univ. Nova	6	6	0,00
13	Língua inglesa (Advanced)	DPP/Access English	30	13	1.775,54
14	Língua inglesa (Basic)		30	8	946,96
15	Conferência: Energia Nuclear	IED	6	1	0,00
16	Arquivo / Arquivarius	DPP	6	6	1.464,10
17	Workshop "Avaliação Ambiental Estratégica"	FCT-UNL	6	1	0,00
18	Program-Environmentally Harmful Subsidies in Portugal and Europe	FLAD	3	1	0,00
19	Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Perfis Profissionais	INA/MAOTDR	6	1	100,00
20	Teorias de Crescimento Endógeno	DPP	6	12	660,00
21	Gestão de Projectos Programas e Portfólios	Microsoft	6	4	0,00



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nº de Acções	Designação da Acção	Entidade Promotora	Nº Horas	Nº Formandos	Custo em Euros
22	Ética, Valores e Desenvolvimento Sustentável	DPP	3	18	350,00
23	A Estratégia de Lisboa numa Sociedade do Conhecimento sem Fronteiras	IEEI	7	1	0,00
24	Seminary "Evaluating Public Programmes"	EURÉVAL	6	2	3.359,59
25	Métodos e Instrumentos da Prospectiva Estratégica	Paris	12	1	2.481,46
26	9ª Conferência Nacional de Ambiente	Uni. Aveiro	12	1	591,54
27	Conferência "Cidades Investem num Futuro Melhor"	Lisboa-E-nova	6	1	50,00
28	Gestão Estratégica	INA	6	3	0,00
29	Ferramentas de Gestão Financeira nos S.P. - Para não Financeiros	INA	18	1	280,00
30	Gestão por Objectivos	INA	58	2	0,00
31	Gestão de Projectos	INA	58	1	0,00
32	Software InDesign	FLAG	24	3	781,17
33	Seminário "Endogeneizar o Desenvolvimento de Novas Energias"	Vimeiro	12	1	300,00
34	Língua inglesa (2)	DPP/Access English	30	5	1.361,25
35	The New Politics of Energy: Europe in a Global Context	Chatam House London	12	1	2.206,25
36	O Potencial da Internet Marketing no Sector Público	INA	6	1	100,00
37	Seminário "Gestão Inovadora de Projectos Urbanos"	DGOTDU	6	1	100,00
38	Que Perspectivas para as Relações UE-Rússia	IEEI/EU-Russia Center	3	1	0,00
39	Workshop "Metodologias de Avaliação de Interações Económico-Ambientais" 1ª Parte	DPP	6	10	1.651,11
40	Arquivos, Memória Organizacional e Gestão	INA	6	1	200,00
41	Global Adjustment and the EMU	Fórum Económico de Buxelas	12	1	868,06
42	Workshop "Metodologias de Avaliação de Interações Económico-Ambientais" 2ª Parte	DPP	6	13	1.341,60
43	Missão de Estudo MHSPE (Haia/Holanda)	Min. Amb. Holanda	12	2	2.613,75
44	Conferência "Emissões e Competitividade"	About Blue	12	1	462,83



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nº de Acções	Designação da Acção	Entidade Promotora	Nº Horas	Nº Formandos	Custo em Euros
45	Relação de Emprego na AP: Estrutura Interna e Compatibilização de Regimes	INA	12	1	250,00
46	Workshop on Sustainable Manufacturing Spatial Planning and Environment	OCDE-Copenhagen	12	1	1.058,79
47	Modalidades de Contrato Individual na AP e sua Prática Redactorial	INA	18	1	250,00
48	Survival Analysis (Summer School)	ISEG	18	1	220,00
49	Introductory and Practical General Equilibrium Modelling with GAMS	ECOMOD	12	1	2.853,96
50	Advanced Techniques in General Equilibrium Modelling with GAMS	ECOMOD	12	1	2.853,96
51	Conference/Climate Change Impacts on Tourism	CLITOP/SIM Inst. D. Luiz FC Univ. Lisboa	12	4	240,00
52	Interface "Jornadas Gestão Documental"	Lisboa	6	1	300,00
53	Língua Inglesa (3)	DPP/Acess English	30	12	1.361,25
54	Financing Innovation from Ideas to Market	IAPMEI/ EU	12	1	0,00
55	3º Evento Europeu / CAF	FCGulbenkian	12	1	100,00
56	Economia do Território e Competitividade Regional (disciplina/ Mestrado)	ISCTE	20	1	292,00
57	Metodologias de Avaliação de Bem-Estar na Perspectiva dos Factores Ambientais	DPP	25	4	2.500,00
58	Seminário Internacional "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável"	CCDR/A	6	1	0,00
59	Natura 2000	UNAC / ELO	6	1	20,00
60	Seminário "O Regime Legal de Recursos Humanos na AP – A Centralidade do SIADAP"	CENFOP	3,5	2	60,00
61	Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Perfis Profissionais	INA	6	1	100,00
62	Conferência IRAR-CEDIPRE	IRAR	6	1	00,00
Total					38.934,24

(1) Inclui custos associados a deslocações e estadas.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.2. SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP)

De acordo com o estabelecido na Lei 10/2004 de 22 de Março, o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) foi aplicado aos funcionários do DPP no que se refere à actividade desenvolvida em 2007.

A aplicação do SIADAP ao DPP conduziu aos seguintes resultados:

	Número
Número de efectivos a quem seria aplicável o SIADAP	81
Dirigentes intermédios	13
Outros funcionários	68
Número de efectivos a quem foi aplicado o SIADAP	77
Dirigentes intermédios	13
Outros funcionários	64
Número de processos concluídos	77
Dirigentes intermédios	13
Outros funcionários	64
Atribuição de "Excelente"	6
Dirigentes intermédios	3
Outros funcionários	3
Atribuição de "Muito Bom"	24
Dirigentes intermédios	9
Outros funcionários	15
Atribuição de "Necessidade de desenvolvimento"	0
Outros funcionários	0

3. RECURSOS ORÇAMENTAIS



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Orçamento de funcionamento

O orçamento inicial do DPP e GRI para 2007 foi fixado em 3 565,6 mil euros, dotação que viria a ser significativamente reduzida em resultado das cativações que se verificaram aquando do processo de fusão e da afectação de verbas à DGO, respeitante à reafecção de pessoal decorrente da concretização PRACE.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DPP EM 2007

	Orçamento inicial			Orçamento Corrigido(a)				Despesa Paga			
	ex-DPP	ex-GRI	Total	ex-DPP	ex-GRI	DPP(b)		ex-DPP	ex-GRI	DPP(b)	
						Janeiro-Agosto	Set-Dez			Jan-Dez	Janeiro-Agosto
	Mil euros			Mil euros				Mil euros			
F.F. 111	2.791,0	744,6	3.535,6	1.707,1	388,4	1.051,8	3.147,4	1.707,1	388,4	1.040,0	3.135,5
F.F. 123	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3	7,3	0,0	0,0	7,2	7,2
F.F. 230	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,8	10,8	0,0	0,0	8,5	8,5
F.F. 260	0,0	30,0	30,0	0,0	6,1	20,9	27,0	0,0	6,1	0,0	6,1
TOTAL	2.791,0	774,6	3.565,6	1.707,1	394,5	1.090,8	3.192,5	1.707,1	394,5	1.055,7	3.157,4

(a) O orçamento corrigido resulta da cativação de 266.716€ e de 60.144€ decorrente do processo de fusão, bem como da afectação à DGO de 64.344€ respeitante a reafecção de pessoal.

(b) Valores correspondentes à situação após a fusão dos dois organismos.

O montante global das despesas de funcionamento, em 2007, atingiu 3 157,4 mil euros, execução que envolveu um quadro particularmente restritivo no último quadrimestre, com reflexo em algumas actividades previstas, designadamente, a participação em reuniões no exterior e que reflecte uma redução do número de colaboradores ao serviço de 10 efectivos, dos quais 5 associados ao processo de reestruturação conforme referido na secção 2.

A despesa realizada foi financiada predominantemente por receitas gerais, tendo as receitas próprias financiado encargos no montante de 7,2 mil euros, enquanto os reembolsos do F.S.E. permitiram financiar despesas de formação no montante de 8,5 mil euros.

As actividades desenvolvidas em 2007 decorreram, ainda, dos projectos PIDDAC da responsabilidade do Departamento.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ESTRUTURA DA DESPESA DO DPP EM 2007

	ex-DPP	ex-GRI	DPP	Total
	Janeiro-Agosto		Set-Dez	Jan-Dez
Orçamento de Funcionamento	1.707,1	394,5	1.055,7	3.157,4
Despesas com pessoal	1.443,5	309,6	858,7	2.611,8
Pessoal do quadro	1.159,1	186,5	581,2	1.926,8
Outras despesas com pessoal	284,3	123,0	277,5	684,9
Outras despesas de funcionamento	249,6	84,9	186,7	521,2
Aquisição de serviços	0,9	0,0	12,3	13,2
Ajudas de custo	7,1	11,6	5,7	24,4
Deslocações e estadias	8,5	53,2	11,1	72,9
Livros e documentação técnica	6,8	0,03	3,9	10,8
Outras despesas correntes	226,2	19,3	153,0	398,5
Transferências correntes	0,0	0,8	0,6	1,4
Despesas de capital	14,0	0,0	10,3	24,4
PIDDAC	78,4	461,7	2.691,1	3.231,2
Contribuições para organizações internacionais				2.656,3
Total Geral	1.785,5	856,2	3.746,8	6.388,6
Contribuições para organizações internacionais				2.656,3

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)

O PIDDAC 2007 contemplou 9 projectos distribuídos pelos programas, P001 – Sociedade da Informação e Governo Electrónico, P002 – Investigação Científica e Tecnológica, P005 – Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, P006 – Construção, Remodelação e Apetrechamento de Instalações, P019 – Ambiente e Ordenamento do Território, P028 – Modernização e Qualificação da Administração Pública e P029 - Presidência Portuguesa do Conselho da U.E..

O total da despesa realizada ascendeu a 3 231 mil euros, sendo que 2 656,3 mil euros, no âmbito do projecto 3179 e do projecto 4361, decorrem de compromissos assumidos pelas autoridades nacionais nos fora internacionais que o país integra, respeitando a



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

pagamentos de contribuições para organizações internacionais. O valor dispendido não foi, todavia, suficiente para fazer face à totalidade dos encargos assumidos.

Do conjunto dos projectos, foram concluídos os seguintes:

- “Reformulação da Imagem do DPP”, no âmbito do qual se procedeu à renovação do site do DPP, tendo o conjunto dos objectivos ficado um pouco aquém do esperado devido à cativação, superior a 50%, que incidiu sobre este projecto;
- “Requalificação das Instalações nas Áreas de Interface com o Exterior”, no qual as acções se confinaram à disponibilidade orçamental, já que também este projecto foi objecto de uma cativação superior a 50%.
- “Estágios Profissionais”, realizados no contexto do Programa Operacional da Administração Pública, que contemplou seis estágios e dos quais se concluíram cinco (1, na DSP, 3 na DSMP e 1 na DSISPA¹), tendo dois deles dado origem a documentos técnicos autónomos².
- “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável” – projecto do INTERREG III-C desenvolvido em parceria com a Inteli, DGOTDU, INTA, Fundação Metrópoli e Universidade de Cardiff – no âmbito do qual se desenvolveram várias acções externas, designadamente, vários workshops regionais³, participou-se na Conferência Internacional de conclusão do projecto, em Faro, e foi elaborado o documento intitulado “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável”. A cativação de 40% da dotação inicial limitou o alcance de algumas das acções que, no entanto, se concretizaram graças ao empenho e motivação da equipa responsável por este projecto.

No âmbito do projecto “*Integração de Tecnologias*”, procedeu-se à renovação de algum do equipamento informático, principalmente associado aos postos de trabalho, à aquisição e actualização de *software* e de alguns serviços.

O projecto “Presidência Portuguesa da U.E. – GRI”, cuja execução se prolonga para 2008 em resultado das missões associadas à participação no *team* da presidência, integrou um vasto conjunto de acções, tendo representado um esforço financeiro significativo no valor global do PIDDAC afecto ao DPP (243,4 mil euros, em termos de financiamento nacional).

¹ Direcções de Serviços existentes ao abrigo do Decreto-Lei nº. 4/95 de 17 de Janeiro, até à entrada em vigor do novo enquadramento legal do DPP (Portaria nº. 524/2007 de 30 de Abril).

² “Indústrias Criativas. Mapeamento, Organização e Estudos de Caso” e “Metodologias de Avaliação dos Impactos Económicos das Políticas de Ambiente e de Energia”.

³ Coimbra, Porto e Braga (em 2006) e Lisboa, Barreiro, Évora e Faro (em 2007).



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PIDDAC 2007

Programação/Projecto	Orçamento inicial			Orçamento corrigido(a)				Despesa efectiva			
	ex-DPP	ex-GRI	Total	ex-DPP	ex-GRI	DPP	Total	ex-DPP	ex-GRI	DPP	Total
				Janeiro a Agosto	Set.-Dez.	Jan.-Dez.	Janeiro a Agosto	Set.-Dez.	Jan.-Dez.		
P001-Sociedade de Informação e Governo Electrónico											
M003-Serv. Públ. Orient. P/ Cidadão A.P. Moderna e Eficiente											
5060-Reformulação da Imagem do DPP	10.000	0	10.000	2.904	0	1.489	4.393	2.904	0	1.488	4.392
3172-Site sobre Relações Intern. Desenv. Intranet	0	39.480,00	39.480	0	20.252,00	15.936,00	36.188	0	20.251	14.239	34.490
M004-Novas Capacidades Tecn. Racion. Custos Comunicação											
1176-Integração de Tecnologias	75.200	0	75.200	38.026	0	36.084	74.110	38.025	0	36.078	74.103
P002-Investigação Científica e Tecnológica											
M008-Parcerias Internacionais de Ciência e Tecnologia											
3179-Particip. Coord. Nos Fora Intern. Contribuições	0	700.150	700.150	0	301.416	344.567	645.983	0	301.416	344.567	645.983
P005-Cooperação Portuguesa Pª o Desenvolvimento											
M002-Apoio ao Desenvol. Sustentável e Luta Contra Pobreza											
4361-Coop. CPLP. Contribuições Org. Internacionais	0	116.328	116.328	0	49.029	2.084.684	2.133.713	0	49.028	2.084.684	2.133.712
P006-Construção, Remodelação e Apetrech. Instalações											
M003-Conservação/Beneficiação dos Bens e Equipamentos											
4312-Requalificação Inst. DPP nas áreas Interface c/ as entidades Externas	15.000	0	15.000	745	0	3.258	4.003	745	0	3.258	4.003
P019-Ambiente e Ordenamento do Território											
M010-Ambiente e Recursos Naturais											
5609-Prep. Realiz. Presidência Port. Cons. UE-2007											
(Fonte Financiamento: 111)	0	294.042	294.042	0	73.399	0	73.399	0	73.393	0	73.393
(Fonte Financiamento: 112)	0	0	0	0	10.585	0	10.585	0	10.584	0	10.584
(Fonte Financiamento: 260)	0	75.200	75.200	0	7.020	0	7.020	0	7.019	0	7.019
P019-Ambiente e Ordenamento do Território											
M011-Ordenamento do Território											
4990-Cidades Inteligentes-Cidades Inovadoras e Competitivas pª Desenvol. Sustentável											
(Fonte Financiamento: 112)	35.000	0	35.000	14.025	0	6.742	20.767	14.021	0	6.742	20.763
(Fonte Financiamento: 123)	0	0	0	1.552	0	2.576	4.128	1.551	0	2.572	4.123
(Fonte Financiamento: 210)	44.216	0	44.216	0	0	44.216	44.216	0	0	0	0
P028-Modernização Qualificação Administração Pública											
M003-Qualificação e Valorização dos Recursos Humanos											
4839-Estágios - DPP											
(Fonte Financiamento: 111)	5.590	0	5.590	5.209	0	0	5.209	5.209	0	0	5.209
(Fonte Financiamento: 112)	4.410	0	4.410	3.990	0	0	3.990	3.989	0	0	3.989
(Fonte Financiamento: 230)	13.382	0	13.382	11.956	0	1.426	13.382	11.955	0	0	11.955
P029-Presidência Portuguesa do Conselho da U.E.											
M001-Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia											
5609-Presidência Portuguesa da U.E. - GRI											
(Fonte Financiamento: 111)	0	0	0	0	0	152.457	152.457	0	0	152.162	152.162
(Fonte Financiamento: 112)	0	0	0	0	0	13.415	13.415	0	0	7.279	7.279
(Fonte Financiamento: 260)	0	0	0	0	0	68.180	68.180	0	0	38.036	38.036
Total	202.798	1.225.200	1.427.998	78.407	461.701	2.775.030	3.315.138	78.399	461.691	2.691.105	3.231.195

a) - O orçamento corrigido resulta da cativação de 152.486 euros e do reforço por contrapartida da dotação provisional de 2.041.056 euros.

4. SÍNTESE DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIRECÇÃO

Durante o ano de 2007 a Direcção do DPP foi objecto de algumas recomposições. Com efeito, até 1 de Maio, a Direcção foi composta pelo Professor Doutor João Gata, Director-Geral e por dois Subdirectores-Gerais, o licenciado José Manuel Félix Ribeiro e a licenciada Manuela Proença. Com a entrada em vigor do novo quadro legal do DPP, na sequência da concretização do PRACE, a Direcção passou a integrar a licenciada Alexandra Carvalho, Subdirectora-Geral, tendo cessado funções o licenciado José M. Félix Ribeiro. A partir de 22 de Agosto, com a cessação de funções do Director-Geral, a Direcção do DPP passou a integrar o licenciado António Natalino Martins, Subdirector-Geral, tendo a licenciada Manuela Proença assumido as funções de Directora-Geral.

A actividade da Direcção em 2007 foi marcada por um intenso envolvimento no processo de reestruturação, por forma a garantir a necessária resposta às solicitações da tutela e das entidades mais directamente envolvidas na implementação do PRACE. Também o processo de transferência de competências para a DGO, no que se refere ao PIDDAC exigiu o prosseguimento de contactos bilaterais, quer no plano técnico quer ao nível da Direcção.

Ao longo de todo o ano a Direcção manteve um acompanhamento muito próximo das actividades de todas as direcções de serviços, assegurando um envolvimento directo em diversos projectos, de que se destacam as actividades associadas à preparação do QREN, Avaliação Ex-Ante e Cumprimento do Princípio da Adicionalidade, o projecto "Cidades Inteligentes" (INTERREG III-C), o estudo "Convergência Real das Regiões Portuguesas", a preparação da participação na Conferência Internacional "Beyond GDP: Measuring Progress, True Wealth and Well-Being of Nations".

A Subdirectora-Geral foi responsável pela coordenação de um estágio no âmbito do POAP, na área das Metodologias de Avaliação dos Impactos Económicos das Políticas de Ambiente e de Energia.

No sentido de dar resposta à necessidade, manifestada por parte Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC), de dispor de cenários prospectivos para a economia portuguesa para apoio às negociações comunitárias do "effort sharing" para o horizonte 2012-2020, nomeadamente no que se refere à análise de cenários de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE), foi criada, na dependência do



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Director-Geral, uma equipa multidisciplinar, coordenada por José M. Félix, para a realização do referido estudo.

Particular referência, pela exigência em termos técnicos e também no que se refere aos prazos de realização, merece o estudo "Cenarização de Enquadramento para o Estudo de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa" - elaborado para o LNEC para efeitos do "Estudo para Análise Técnica Comparada das Alternativas de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Zona da Ota e na Zona do Campo de Tiro de Alcochete" - da responsabilidade de José M. Félix Ribeiro,.

A representação institucional, a nível nacional, passou em 2007 a incluir a participação no Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, que neste ano concretizou duas reuniões informais.

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Representação em Reuniões Internacionais	45%
B	Representação Institucional Interna	100%
C	Outras Colaborações	100%
D	Implementação do PRACE no DPP	100%
E	Coordenação Global das Actividades	100%
F	Estabelecimento e dinamização de contactos institucionais a nível nacional e com o estrangeiro	80%
G	Projectos não previstos	100%
F	Apoio Administrativo à Direcção	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSPECTIVA ESTRATÉGICA

Durante o ano de 2007, a DSPE estruturou as suas actividades em torno de quatro Unidades Temáticas, Análise Prospectiva e Cenários, Visão Internacional, Agenda Estratégica e Agenda Editorial. Enunciam-se sinteticamente os principais resultados atingidos, em cada uma das áreas.

ANÁLISE PROSPECTIVA E CENÁRIOS

Prosseguiu-se o reforço do estudo e aplicação de metodologias e ferramentas de PROSPECTIVA e desenvolveram-se esforços no sentido de inserir a DSPE nas redes internacionais de Prospectiva /Foresight.

No âmbito da formação e divulgação realizou-se a primeira acção de Formação externa em Prospectiva, "Métodos e Práticas de Prospectiva Territorial" (16 horas) com o desenvolvimento dos respectivos suportes pedagógicos.

No sentido de promover a inserção em redes europeias e mundiais de instituições realizou-se uma missão de estudo à Agência Nacional para o Planeamento Territorial da Holanda para uma melhor compreensão da prospectiva e as estratégias dos territórios, e assegurou-se a participação activa no Working group 3 do Programa COST A22 – Advancing Foresight Methodologies: realização do *peer review* do caso Alemão "Futur"; apresentação do caso Português – "PNDES".

No domínio do aprofundamento de metodologias elaborou-se um artigo sobre conceitos, métodos, ferramentas e aplicações de Prospectiva Tecnológica para a revista "Prospectiva e Planeamento", e um documento de trabalho sobre o método Delphi: "DELPHI – Método e Aplicações".

O acompanhamento e sistematização de tópicos prioritários da Prospectiva a nível internacional traduziu-se na edição de três números da Agenda de Prospectiva (documento interno), apresentado e discutido em sessões de trabalho.

VISÃO INTERNACIONAL

A Unidade Temática " VISÃO INTERNACIONAL" focalizou-se, em 2007, em dois grandes domínios, a "Sustentabilidade e a Inovação" e a "Globalização e Competição", tendo sido realizados um conjunto alargado de trabalhos, entre os quais se destacam:



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Documento de trabalho sobre a evolução dos mercados energéticos comunitários, em especial do MIBEL e seus enquadramentos;
- Artigos centrados nas temáticas da energia e geopolítica, designadamente, sobre a geoeconomia do gás natural no contexto Europeu, sobre a geopolítica dos recursos energéticos e sobre a Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector Energético a nível Mundial;
- Artigo com sistematização do relatório Stern, e suas críticas e Workshop Interno de apresentação;
- Estudo sobre os modelos nórdicos – semelhanças e diferenças (tendo sido elaborado um artigo para publicação).
- Estudo de cenários internacionais no âmbito dos Cenários Prospectivos para a Economia Portuguesa no período pós-Kyoto.

AGENDA ESTRATÉGICA DSPE

Os trabalhos realizados foram marcados pela elaboração de um conjunto de artigos e iniciativas organizados em torno de quatro áreas: Energia e Tecnologia; Economia do Conhecimento e Territórios, Actividades e Ambientes, e Integração Europeia.

Na área da ENERGIA & TECNOLOGIA salienta-se a elaboração de um artigo intitulado “Novas Tecnologias Energéticas – para além das Renováveis”, o qual foi complementado com a realização de um workshop interno.

No domínio temático da ECONOMIA DO CONHECIMENTO & TERRITÓRIOS sublinham-se os seguintes “outputs”:

- Participação no projecto PROVERE (Programa de Valorização Económica de recursos endógenos para regiões com baixa densidade populacional) e na elaboração de um Relatório de Trabalho Intermédio.
- Elaboração de um artigo intitulado “Indústrias Criativas: Mapeamento, Organização e Estudos de Caso” (revista “Prospectiva e Planeamento”), desenvolvido no âmbito de um estágio do Programa de Estágios Profissionais da Administração Pública (PEPAP);
- Participação na preparação e realização de várias workshops no âmbito do projecto “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável” e na elaboração do documento “Cidades Competitivas e Inovadoras



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

para o Desenvolvimento Sustentável”, actividades inseridas no projecto Interreg III-C, “Intelligent Cities”.

- Contribuição para a definição dos rankings internacionais de competitividade no âmbito do CNELPT.

No domínio da INTEGRAÇÃO EUROPEIA, elaborou-se um documento sobre o Futuro da Política de Coesão e do Orçamento da UE (incluindo o desenvolvimento de Cenários de evolução para o Orçamento da UE a médio/longo prazo).

AGENDA EDITORIAL DSPE

Em termos editoriais importa sublinhar:

- O lançamento da revista electrónica “Da Sphera”, de actualização contínua, que sucede à publicação “Informação Internacional. Análise Económica e Política”
- A edição de três números da publicação electrónica “CENÁRIOS. Tendências e Futuros na Economia Global”, tendo como temas de capa, respectivamente, “Tecnologia e Energia Sustentável”; “Cidades do Século XXI”, “O “Reino” da Energia em 2050”.

OUTROS PROJECTOS E INICIATIVAS

Assegurou-se a participação activa na conferência Internacional Beyond GDP – Measuring progress, true wealth and the well-being of nations” realizada em Bruxelas, por iniciativa da CE e no âmbito da Presidência Portuguesa, a qual implicou o desenvolvimento de vários trabalhos preparatórios sobre a temática em causa, exigindo a coordenação de uma equipa técnica composta por elementos do DPP e INE que elaborou documentos de trabalho de apoio à comunicação a apresentar pelo DPP no workshop de peritos e também os contributos para a intervenção do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional na conferência propriamente dita.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Análise Prospectiva e Cenários	100%
B	Visão Internacional	100%
C	Agenda Estratégica DSPE (2007)	100%
D	Agenda Editorial DSPE (2007)	100%
E	Organização Interna da DSPE e Apoio Técnico à Direcção-Geral	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMPETITIVIDADE

As actividades da DSDSC ao longo do ano de 2007 estruturaram-se em torno de cinco grandes áreas:

- Desenvolvimento Sustentável e Informação para a Sustentabilidade (unidades temáticas A e G no quadro síntese e nos quadros em Anexo);
- Competitividade e Ambiente (unidade temática B);
- Economia do Território (unidades temáticas C e D);
- Cenários e Avaliação de Políticas (unidade temática E);
- Modelos e Metodologias (unidade temática F).

No que respeita à primeira área, **Desenvolvimento Sustentável**, destacam-se as seguintes actividades:

- Início da colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE) com vista ao desenvolvimento de um sistema de indicadores sintéticos para as regiões portuguesas caracterizadores do desenvolvimento regional nas suas diversas dimensões, designadamente coesão, competitividade e sustentabilidade ambiental. Este projecto deverá ficar concluído em 2008.
- Lançamento de uma nova publicação periódica, *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade – Informação Socioeconómica* (em substituição da anterior *Informação Económica*), visando a divulgação de informação estatística (a nível nacional, internacional e, a partir de 2008, também regional) e de medidas de política (nacionais e comunitárias) relevantes nos domínios económico, social e ambiental, tendo sido publicados dois números em 2007.

Na área da **Competitividade e Ambiente** destacam-se as seguintes actividades:

- Workshop de apresentação do estudo (realizado em 2006) "Ambiente, Inovação e Competitividade da Economia" e posterior publicação de Documento de Trabalho, após alguns ajustamentos do trabalho com base nas sugestões recebidas.
- Apresentação da comunicação "Tourism and climate change: how can Portuguese tourism sector contribute to reduce energy consumption and pressure on CO₂ emissions?" na "International Conference on Climate Change Impacts on Tourism", organizada pelo CLITOP em Lisboa, 7 e 8 de Setembro de 2007. A mesma comunicação deu origem a um artigo para a Revista do DPP "Prospectiva e Planeamento"-Volume 14, 2007.



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Orientação de dois estágios curriculares de finalistas do ISCTE, sobre os temas “Os impactos das alterações climáticas no Turismo, em Portugal” e “Energia vs Economia e Ambiente”.

No domínio da **Economia do Território** salientam-se os seguintes trabalhos:

- Participação (em articulação com a DSPE) no projecto “Cidades Inteligentes” (co-financiado pelo programa de iniciativa comunitária INTERREG IIIC) que envolveu a organização e apresentação de comunicações em quatro workshops regionais (Lisboa, Barreiro, Évora e Faro) e no seminário internacional “Espaços Urbanos Criativos para a Competitividade” (realizado em Faro em 18 e 19 de Outubro de 2007) bem como a elaboração do relatório “Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável”.
- Participação (também em articulação com a DSPE) no Projecto PROVERE (Programa de Valorização Económica de recursos endógenos para regiões com baixa densidade populacional), tendo sido elaborados um documento de base e um documento relativo à delimitação territorial. Foram ainda efectuadas três apresentações externas, incluindo uma para a equipa da OCDE que efectuou o Exame Territorial a Portugal.
- Workshop de apresentação do estudo “Os Espaços do Crescimento Económico”, no qual se analisam as dinâmicas de crescimento e especialização produtiva das regiões portuguesas (NUTS III) nos períodos 1995-99 e 1999-2003, tendo sido posteriormente publicado o respectivo Documento de Trabalho, após incorporação de algumas das sugestões apresentadas no workshop.
- Prosseguimento do trabalho sobre Convergência Real das Regiões Portuguesas e impacto das políticas públicas, tendo sido elaborado o 2º Relatório de Progresso, no qual se incluiu, designadamente, uma avaliação do impacto regional do investimento público, efectuada com o modelo MODEM para o período 1995-2004, bem como análises da convergência sigma e beta. Este trabalho foi objecto de uma apresentação para a tutela em Dezembro de 2007. Neste âmbito foi também elaborado um artigo para a revista *Prospectiva e Planeamento* (vol.14, 2007): “Processo de Convergência regional em Portugal: absoluta, condicionada ou clube?”.

No que respeita à área de **“Cenários e Avaliação de Políticas”** destacam-se as seguintes actividades:

- Conclusão dos trabalhos relacionados com a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013: avaliação *ex-ante* do cumprimento do



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

princípio da adicionalidade (relatório publicado no site do DPP); avaliação *ex-ante* do impacto macroeconómico do QREN, com utilização do modelo HERPOR (incluída no relatório da adicionalidade, tendo originado também um artigo para a revista *Prospectiva e Planeamento*, vol.14); revisão do documento “Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 – Avaliação Ex-Ante” (em articulação com a DSPE).

- Apresentação, para a equipa da OCDE encarregue do exame territorial a Portugal, sobre o tema “The Macroeconomic Impact of EU Structural Funds on the Portuguese Economy”, que correspondeu a uma síntese das avaliações efectuadas no DPP relativas aos três QCA e ao QREN (com utilização dos modelos HERPOR e MODEM), tendo o respectivo texto sido publicado no site do DPP.
- Participação (com a DSPE) na elaboração de cenários para a economia portuguesa no horizonte 2020 e respectiva quantificação em termos de VAB sectorial, PIB, Consumo Privado e População, no âmbito de uma colaboração com entidades externas tendo em vista a elaboração de cenários de suporte às negociações, na União Europeia, relativamente à redução de emissões de gases com efeito de estufa para o período pós-Quito (2013-2020).

Na área de “**Modelos e Metodologias**” desenvolveram-se os seguintes trabalhos:

- Trabalhos preliminares com vista à implementação de metodologias de avaliação dos impactos económicos das políticas ambientais. Neste âmbito foi publicado o relatório de trabalho “Metodologias de Avaliação dos Impactos Económicos das Políticas de Ambiente e de Energia” (survey iniciado em 2006, no âmbito de um estágio anual ao abrigo do PEPAP - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública, coordenado pela, então Sub-Directora-Geral do DPP, Dr^a Manuela Proença). Posteriormente foi elaborado o documento de trabalho metodológico “Metodologias de Avaliação dos Impactos Económicos das Políticas Ambientais” (a publicar em 2008). Foram, ainda, realizados no DPP dois workshops sobre este tema, com apresentações por parte de especialistas na matéria, nacionais e estrangeiros.
- Calibração do modelo MODEM para os anos de 1995 a 1998 e de 2000 a 2006, o que implicou a estimação de oito sistemas completos de matrizes input-output para a economia portuguesa (para os anos de 1996 a 1998 e de 2000 a 2004), que deram origem a dois documentos de trabalho, publicados em 2007 e 2008. Este trabalho revelou-se necessário para possibilitar a avaliação do impacto nacional e regional do investimento público no período 1995-2004 (actividade referida na área da Economia do Território).



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para além das actividades nas cinco grandes áreas atrás referidas, a DSDSC assegurou ainda a participação em diversos grupos de trabalho (GT) e comissões a nível nacional, designadamente os GT do Conselho Superior de Estatística ('Contas Nacionais e Regionais', 'Estatísticas das Relações Económicas com o Exterior' e 'Estatísticas do Mercado de Trabalho'), bem como na Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), no GT sobre Indicadores de Alerta do Mercado de Trabalho, nas comissões de acompanhamento de diversos programas operacionais do QCA III e do QREN e no GT dos Rankings Internacionais (CNELPT), tendo, no âmbito deste último, procedido, em articulação com a DSPE, ao acompanhamento de um conjunto de índices de competitividade e de ambiente utilizados em rankings internacionais.

A DSDSC participou, por outro lado, na elaboração de documentos de apoio a uma comunicação do DPP apresentada à Conferência Internacional "Beyond GDP: Measuring Progress, True Wealth and Well-Being of Nations", realizada em Bruxelas por iniciativa da Comissão Europeia, em 19/20 de Novembro de 2007.

No início de 2007 existiam 20 pessoas a exercer funções nesta Direcção de Serviços (então designada Direcção de Serviços de Macroeconomia e Planeamento, DSMP), incluindo três estagiários ao abrigo do PEPAP. No final do ano o número de efectivos da DSDSC era de 15, sendo a redução devida à conclusão dos estágios PEPAP em Abril/Maio de 2007, à requisição de uma pessoa pelo Ministério da Defesa Nacional e à nomeação de um dirigente intermédio para Subdirector-Geral do DPP.

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Desenvolvimento Sustentável	62%
B	Competitividade e Ambiente	80%
C	Competitividade e Território	100%
D	Coesão e Território	50%
E	Cenários e Avaliação de Políticas	80%
F	Modelos e Metodologias	64%
G	Informação para a Sustentabilidade	100%
H	Representação Institucional	96%
I	Assessoria Técnica	100%
J	Gestão da DSDSC	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

As atribuições da Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica definidas na Portaria 521/2007 consagram novas áreas de actividade cometidas ao DPP em resultado do PRACE. Até Junho de 2007, o pessoal afecto a esta Direcção de Serviços manteve actividades associadas à gestão do PIDDAC e à organização e transferência dos respectivos processos para a entidade a quem foram afectas as aquelas atribuições. A partir de Julho, o número de técnicos desta unidade orgânica fixou-se em 6, incluindo o Director de Serviços, após a reafecção de 4 técnicos superiores à DGO.

Neste contexto, em 2007 concentraram-se esforços no desenvolvimento de competências nas novas áreas, bem como na análise da macroestrutura do MAOTDR.

Em Novembro, e ainda previamente à publicação do diploma legal que aprovou o Sistema de Avaliação, promoveu-se, no DPP, a primeira reunião de coordenação para a implementação do SIADAP 1 com os organismos do MAOTDR, com o objectivo de iniciar uma eficiente interacção do DPP com todos os serviços, tendo-se procedido à apresentação do Sistema e identificado situações que careciam de esclarecimento.

No âmbito do apoio à Direcção, no que se refere às actividades do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, procedeu-se à apreciação do documento "Construção do QUAR. Linhas de Orientação", elaborado pela IGF, para efeitos de elaboração do respectivo parecer.

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Concepção e Estruturação de Políticas de Investimento Público	0%
B	Sistema de Avaliação de Serviços	60%
C	PIDDAC	100%
D	Apoio Administrativo à DSPGE	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Contabilidade	100%
B	Economato e Património	100%
C	Pessoal	93%
D	Expediente e Arquivo	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

	Designação da Actividade	Grau de Execução
A	Biblioteca Especializada	100%
B	Documentação e Informação	100%
C	Edição de Publicações	40%
D	Acções de Divulgação	100%
E	Gestão dos Conteúdos do Site e da Intranet do DPP	100%
F	Arquivo Histórico	100%



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

Designação da Actividade	Grau de Execução
A – Coordenação e Gestão do Sistema Informático do DPP	100%
B – Manutenção de Aplicações	100%
C – Renovação do Site do DPP	100%
D – Reformulação da Intranet do DPP	0%
E – Transferência do SIPIDDAC para a DGO/IIMF	60%
F – SIPIDDAC – Dados Históricos	35%
G – Renovação da Base de Dados Económicos e Sociais e Acesso Via Internet	35%
H – Base de Dados de Política Económica	65%
I – Base de dados da Adicionalidade	100%
J – Gestão de Processos do DPP: Workflow	0%
K – Conversão da Base de Dados ECONOS de Sirtex para Web	10%
L – Base de Dados “Biblioteca Digital”	0%
M – Criação e Gestão de uma Base de Dados de Contactos	0%
N – Formação Interna	-
O – Apoio Administrativo	100%

5. WORKSHOPS/CONFERÊNCIAS



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WORKSHOPS/CONFERÊNCIAS

O DPP organizou 8 *workshops*, em 2007, dos quais quatro se realizaram no âmbito do projecto Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável

A organização de quatro destes eventos teve como objectivo prioritário a apresentação pública e a reflexão sobre trabalhos desenvolvidos no âmbito do Plano de Actividades para 2007 e tiveram lugar no próprio DPP.

Estes eventos foram financiados de diversos modos – pelo orçamento corrente do DPP, e no caso do projecto acima referido, pelo PIDDAC 2007. Deve ser realçado o apoio de diversas instituições a nível regional, local e empresarial, principalmente na cedência de espaços e logística, nomeadamente, a C.G.D., a C.M. do Barreiro, a CCDR do Alentejo e a Universidade do Algarve.

A organização e apoio logístico a estes eventos, tanto na fase de preparação, durante e após as acções foram executados pela Divisão de Informação e Comunicação.

A notícia sobre estes workshops foi divulgada na Newsletter e as respectivas comunicações estão acessíveis na área de eventos do site (www.dpp.pt).



Cidades Inovadoras e Competitivas para o
Desenvolvimento Sustentável – Auditório da C.G.D.,
Lisboa



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Cidades Inovadoras e Competitivas para o
Desenvolvimento Sustentável – Auditório
Municipal, Barreiro



Cidades Inovadoras e Competitivas para o
Desenvolvimento Sustentável - Auditório da
CCDR - Alentejo, Évora



Portugal – Pioneiro da Globalização –
Sala Multiusos, DPP

Os workshops realizados em 2007, envolveram 316 participantes e 55 oradores portugueses, oriundos do sector privado e público.



WORKSHOPS E CONFERÊNCIAS REALIZADOS EM 2007

Nº de Acções	Data	Denominação	Local	Nº de Participantes			Nº de horas
				Internos	Externos	Total	
1	30-01-07	Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável	Lisboa	10	44	54	6
2	22-02-07	Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável	Barreiro	7	45	52	6
3	01-03-07	Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável	Évora	7	31	38	6
4	12-03-07	Ambiente, Inovação e Competitividade da Economia	Lisboa	27	9	36	2h 30m
5	18-04-07	Espaços de Crescimento Económico	DPP	19	06	25	3
6	15-05-07	Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável	Faro	7	40	47	6
7	31-07-07	Apresentação do livro Portugal – Pioneiro da Globalização	DPP	8	2	10	2
8	10-12-07	Apresentação do novo Site e de Novas Publicações Electrónicas	DPP	40	14	54	2
TOTAL				125	191	316	33h 30m



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ORADORES

NOME		ORGANIZAÇÃO
Prof. Doutor	Adriano Pimpão	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Dr.	Alain Derevier	Conselheiro-Adjunto para a Ciência e a Tecnologia da Embaixada de França
Dr.	Alfredo José Monteiro da Costa	Presidente da Câmara Municipal do Seixal
Profª.	Ana Ferreira	ESGHT – Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo
Drª.	Ana Gomes	Cushman & Wakefield
Profª. Douora	Ana Lavado	Instituto Politécnico de Beja
Arq.	Ana Roxo	ATKINS / Santa Rita Arquitectos , Lda
Drª.	Angela Lobo	DPP
Prof.	António Câmara	Ydreams
Prof. Doutor	Augustos Mateus	Augusto Mateus & Associados
Dr.	Carlos Figueiredo	DPP
Dr.	Carlos Humberto Carvalho	Presidente da Câmara Municipal do Barreiro
Prof. Doutor	Carlos Marques	Vice-Reitor da Universidade de Évora
Mestre	Catarina Mendes Leal	DPP
Drª.	Catarina Selada	INTELI
Mestre	Estela Domingos	DPP
Prof.	Fernando Nunes da Silva	CESUR (IST); Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)
Dr.	Francesco Berrettini	CEO da Inesting
Dr.	Gonçalo Couceiro	Delegação Regional da Cultura do Algarve
Arq.	Henrique Cayatte	Centro Português de Design
Drª.	Isabel Madaleno	Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)
Mestre	Isabel Marques	
Prof. Doutor	João Eduardo Gata	DPP
Prof. Doutor	João Guerreiro	Reitor da Universidade do Algarve
Dr.	João Margarido	Director Executivo da Associação de Dinamização do Comércio da Zona Histórica de Faro (ADCHF)
Dr.	João Pessoa e Costa	AMBELIS
Prof.	João Seixas	ISCTE/CET- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Dr.	João Vargues	Câmara Municipal de Faro
Eng.	Jorge Leiria	Grupo Rolear



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dr.	Jorge Nascimento Rodrigues	
Dr.	José Apolinário	Presidente da Câmara Municipal de Faro
Dr.	José Elias de Freitas	Perito em Inovação
Dr.	José Ernesto Oliveira	Presidente da Câmara Municipal de Évora
Dr.	José M. Félix Ribeiro	DPP
Dr.	José Neto	Presidente da Quimiparque
Eng.	José Queiroz	EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA
Dr.	Luís Cavaco	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
Prof. Doutor	Luís Sousa Lobo	Madam Parque de Ciência / Sociedade Parque EXPO (Projecto do Seixal)
Dr ^a .	Madalena Antunes Pereira	DPP
Prof.	Manuel Pinto de Abreu	EMEPC – Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
Arq.	Manuel Salgado	Risco – Projectistas e Consultores de Design, SA
Dr ^a .	Manuela Proença	DPP
Dr ^a .	Maria Emília Sousa	Presidente da Câmara Municipal de Almada
Dr ^a .	Maria José Oliveira Cruz	DPP
Dr.	Natalino Martins	DPP
Prof.	Nuno de Oliveira	Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre
Prof ^a . Doutora	Paula Antunes	Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL
Prof.	Paulo Gomes	Aproje – Associação de Produtores de Jogos Electrónicos
Eng.	Paulo Mota	FISIPE
Prof. Doutor	Raul Lopes	ISCTE
Prof. Doutor	Rui Jorge Ferreira Santos	Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL
Dr ^a .	Susana Barradas	DPP
Prof. Doutor	Tessaleno Devezas	
Dr ^a .	Vera Fino	Manufactura de Tapeçarias de Portalegre
Dr.	Vitor Neto	NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
Dr.	Volker Erich Müller	Siemens

6. PUBLICAÇÕES EDITADAS EM 2007



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EDIÇÕES 2007

ESTUDOS

ALVARENGA, António; CARVALHO, Paulo Soeiro de – A Escola Francesa de Prospectiva no Contexto dos Futures Studies – Da “Comissão do Ano 2000” às Ferramentas de Michel Godet

ALVARENGA, António; CARVALHO, Paulo Soeiro de – Turismo 2020 – Apresentação de um Processo Integrado e Modular de Prospectiva Estratégica Aplicado a Portugal

ALVARENGA, António; CARVALHO, Paulo Soeiro de; ESCÁRIA, Susana Costa – DELPHI – Métodos e Aplicações

DÍAS, Ana Maria – The Macroeconomic Impact of EU Structural Funds on the Portuguese Economy

LEAL, Catarina Mendes – Construir Cenários. O Método da Global Business Network

LOPES, Emídio – Estimação de Sistemas Integrados de Matrizes de Input-Output, para Portugal, para 1996, 1997 e 1998 a Preços de 1999

MARTINS, Natalino (coord.) – Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável

PROENÇA, Manuela (coord.) – Relatório de Avaliação *Ex-ante* do Cumprimento do Princípio da Adicionalidade

PROENÇA, Manuela (coord.); RIBEIRO, José Félix (coord.) – Ambiente, Inovação e Competitividade da Economia

PROENÇA, Manuela (coord.); RIBEIRO, José Félix (coord.) – Quadro de Referência Estratégico Nacional. 2007-2013. Avaliação *Ex-ante* (versão actualizada de Março de 2007)

MARTINS, Natalino; BARRADAS, Susana – Os Espaços do Crescimento Económico

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Newsletter

Nº 10, Abril de 2007

Nº 11, Agosto de 2007



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cenários. Tendências e Futuros na Economia Global

Nº 7 Janeiro/Abril 2007

Nº 8 Maio/Agosto 2007

Nº 9 Setembro/Dezembro 2007

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ELECTRÓNICAS

Da Sphera

AZEVEDO, Fátima – A Estratégia das Multinacionais da China e da Índia

ESCÁRIA, Susana – A Economia Baseada no Hidrogénio: O Caminho para um Novo Paradigma Energético? A Estratégia das Multinacionais da China e da Índia

ESCÁRIA, Susana – Plataformas Tecnológicas: Como se organizam em torno das Tecnologias Energéticas?

LEAL, Catarina Mendes – Gás Natural no Século XXI: Uma Visão Geoeconómica

LEAL, Catarina Mendes – Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector Energético a Nível Mundial

NUNES, Carlos - Relatório Stern – Uma Síntese

NUNES, Carlos – Geoeconomia do Gás Natural e a União Europeia

Desenvolvimento Sustentável e Competitividade. Informação Socioeconómica

Nº 1 – 2007

Nº 2 – 2007

ANEXO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES GRI



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007	5
2.1. ÁREAS TRANSVERSAIS	5
2.1.1. Desenvolvimento sustentável	5
2.1.2. Comissão Desenvolvimento Sustentável	6
2.1.3. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)	7
2.1.4. OCDE	8
2.2. ÁREAS TEMÁTICAS	8
2.2.1. Ar	8
2.2.2. RESÍDUOS	9
2.2.3. QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	9
2.2.4. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	10
2.3. CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO EUROPEIA	11
2.3.1. Acompanhamento do Conselho Ambiente	11
2.3.2. Conselho Informal de Essen	11
2.3.3. Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano e da Coesão Territorial, Leipzig, 24-25 de Maio de 2007, Leipzig	12
3. SEGUNDO SEMESTRE DE 2007	12
Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia	12
3.1. PRIORIDADES	12
3.2. ÁREAS TRANSVERSAIS	13
3.2.1. CEE/ONU – 6ª CONFERÊNCIA “AMBIENTE PARA A EUROPA”	13
3.2.2. Proposta de Directiva-Quadro para a Protecção dos Solos durante a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia	14
3.3. ÁREAS TEMÁTICAS	14
3.3.1. Ar	14
3.3.2. ÁGUA	16
3.3.3. RESÍDUOS	16
3.3.4. AMBIENTE E SAÚDE	16
3.3.5. QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	17
3.3.6. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	17
3.4. CONSELHOS DE MINISTROS DA UNIÃO EUROPEIA	18
3.4.1. Conselho Informal de Ambiente, Lisboa, 31 de Agosto a 1 de Setembro 2007	18
3.4.2. Reunião informal de ministros do ordenamento do território e do desenvolvimento regional	18
3.4.3. Principais Eventos da Presidência Portuguesa 2007	19
3.4.4. Resultados da Presidência Portuguesa da UE	20
4. PRÉ-CONTENCIOSO E CONTENCIOSO COMUNITÁRIO	21
5. COOPERAÇÃO	22
5.1. Contribuições financeiras	22
5.2. Cooperação para o Desenvolvimento	22
5.3. Cooperação Ibero-Americana	22
5.3.1. VII Fórum Ibero-Americano	22
5.4. Cooperação bilateral	23
5.4.1. IX Cimeira Luso-Marroquina	23
5.4.2. I Cimeira Luso-Tunisina	23
6. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	24
7. RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS	25
7.1. Recursos humanos	25
7.2. Recursos Financeiros	26
7.3. Recursos Materiais e Instalações	29

MISSÃO DO GRI

O Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional tem como missão apoiar a concertação interministerial das políticas transversais de ambiente ao nível comunitário e internacional, dinamizar e concertar a participação activa dos vários organismos do Ministério nas instâncias internacionais e fomentar e coordenar as acções de cooperação.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2007 foi marcado pelo exercício da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. Este exercício que decorreu durante o segundo semestre foi objecto de cuidadosa e exaustiva preparação nos dois anos que a antecederam, durante os quais o Gabinete de Relações Internacionais realizou com frequência semanal reuniões com os vários organismos do Ministério, ou participou em reuniões com o Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de coordenar a futura presidência.

O primeiro semestre de 2007 foi a recta final da referida preparação e nele foram também realizadas diversas reuniões da *Team Presidency*, trio de países que em 18 meses exerceram, exercem e virão a exercer a Presidência do Conselho da União Europeia. Portugal integrou a primeira formação tripartida deste exercício, coordenando as suas iniciativas com a Alemanha, Estado Membro que nos antecedeu, com a Eslovénia, país recém-chegado, vindo do recente processo de alargamento, e que se seguiria, à frente dos desígnios daquele órgão comunitário de decisão.

Dado este circunstancialismo particular do ano de 2007, o presente relatório de actividades será dividido em dois semestres sendo de realçar que o primeiro semestre, foi ocupado em grande medida com a preparação organizacional, logística e estrutural do exercício da presidência.

O ano de 2007 foi também o ano de concretização da fusão do GRI com o Departamento de Prospectiva e Planeamento. O processo de fusão entre o GRI e o DPP encontra-se a seguir os seus termos de acordo com o legalmente estabelecido na legislação nomeadamente o disposto na alínea b) do n.º 4, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, na qual é expressamente referido que as atribuições relativas a relações internacionais justificam em determinadas circunstâncias a consagração no serviço de planeamento, estratégia, avaliação e relações internacionais de adequada solução orgânica quanto a nível e designação que salvguarde a importância desta função na actividade do Ministério. Esta solução orgânica encontra-se expressamente consagrada em dois instrumentos jurídicos fundamentais: na Lei orgânica do MAOTDR (artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro) e no Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril que aprova a estrutura orgânica do Departamento de Planeamento e Prospectiva e Relações Internacionais (DPP).

Assim, o GRI é dirigido por um director que é um dos subdirectores do DPP, que assegura directamente a direcção do GRI, dispondo para o efeito, sem prejuízo das competências que lhe venham a ser delegadas ou subdelegadas, competências próprias consagradas no artigo 5.º Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril.

O GRI passou a contemplar na sua estrutura orgânica com a Direcção de Serviços de Políticas Comunitárias e Internacionais na qual se inserem duas divisões: a Divisão Assuntos Europeus e a Divisão de Assuntos Bilaterais, Multilaterais e de Apoio ao Desenvolvimento.

O processo de fusão iniciado em 2007 com a partilha dos serviços comuns de contabilidade, património e recursos humanos, continuará em 2008 com a partilha dos serviços de informática e documentação e arquivo.

2. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

2.1. ÁREAS TRANSVERSAIS

2.1.1. Desenvolvimento sustentável

Estratégia de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Europeu adoptou, na sua sessão de Junho de 2006, uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável, destinada à União Europeia alargada. Um dos motores fundamentais desta nova estratégia reside na sua sinergia com a Estratégia de Lisboa, pois ambas visam apoiar as mudanças estruturais necessárias para que as economias dos Estados-Membros possam prosperar, garantindo simultaneamente a equidade social e um ambiente são.

De acordo com o estabelecido, para o seguimento desta estratégia, a Comissão apresenta de dois em dois anos, a partir de Setembro de 2007, o relatório sobre a situação da aplicação da nova estratégia na União Europeia e nos Estados-Membros. E, da mesma forma, o Conselho examinará periodicamente os progressos efectuados no que se refere aos indicadores de desenvolvimento sustentável. À luz do relatório da Comissão sobre a situação e das contribuições do Conselho, o Conselho Europeu examinará de dois em dois anos os avanços registados e as prioridades fixadas.

Conforme previsto o primeiro relatório intercalar foi apresentado em 2007. A Comissão procurou centrar este relatório em dois sectores – alterações climáticas e energia limpa e transportes sustentáveis. Coube então à PRES PT proceder à avaliação da EDS com base neste relatório da Comissão e nos contributos do Conselho.

Foi realizado um debate de orientação no Conselho Ambiente de Outubro sobre a EDS UE como contributo para as conclusões do Conselho Europeu de Dezembro.

Este processo culminou com a análise do relatório no Conselho Europeu de Dezembro 2007, o que lhe permitiu fornecer orientações gerais sobre políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento sustentável.

Revisão intercalar do 6º Plano de Acção de Ambiente

Foi apresentado em Junho e discutido ainda durante a PRES DE a revisão do 6º Programa de Acção em matéria de Ambiente (6º EAP), tendo sido adoptadas conclusões no Conselho de Junho – a opinião partilhada foi a de que é muito cedo para se falar de sucessor deste PAA.

Este projecto de conclusões reflecte a posição do Conselho sobre três documentos distintos, designadamente: Comunicação da Comissão relativa à revisão do 6º Programa de Acção em matéria de Ambiente (6º EAP); Livro Verde sobre Instrumentos Económicos; conclusões da Presidência referentes ao Conselho Informal.

Relativamente a estas conclusões destaca-se a identificação das acções/medidas a prosseguir nos domínios considerados prioritários na revisão do 6º EAP, a inclusão de uma mensagem sobre necessidade de dar continuidade aos trabalhos da Comunidade em matéria de instrumentos económicos e o alinhamento do texto de conclusões do Conselho com o texto do Conselho Informal de Essen.

Estratégia de Lisboa

O Conselho da Primavera, palco por excelência de revisão anual da política ambiental, voltou a ser palco da análise da revisão intercalar da Estratégia de Lisboa sem perder vista do processo paralelo de revisão da EDS, e dando especial ênfase este ano ao tema energia.

As Conclusões do Conselho Ambiente que serviram de contributo para o Conselho Europeu da Primavera identificaram este ano como prioritárias quatro áreas de intervenção: Ambiente, Inovação e Emprego; alterações climáticas; energia; dimensão ambiental da melhor regulamentação (Better regulation).

Destas, duas áreas mereceram particular destaque – alterações climáticas e energia – porque foram simultaneamente debatidas no âmbito de projectos de conclusões em grupos distintos do Conselho.

2.1.2. Comissão Desenvolvimento Sustentável

15ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável

A 15ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) decorreu em Nova Iorque, de 30 de Abril a 11 de Maio passado e foi a segunda sessão política da CDS com a competência de acompanhar a implementação dos compromissos do Plano de Implementação da Cimeira de Joanesburgo (2002), e teve como temáticas em agenda os temas a energia para o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento industrial, a poluição do ar e as alterações climáticas.

Tendo por base a avaliação realizada durante a 14ª CDS e durante a Reunião Intergovernamental Preparatória, a 15ª CDS teve como objectivo adoptar decisões políticas, que levem à implementação de medidas práticas e novas opções relativas aos temas em agenda. Assim, o grande objectivo desta CDS foi mobilizar as partes interessadas no processo para a efectiva implementação dos compromissos assumidos internacionalmente.

No decorrer da primeira semana, foi apresentada a primeira proposta de texto para negociação. Em matéria de energia, a proposta incidiu em 5 pontos principais: a diversificação do abastecimento de energia, o acesso aos serviços de energia, a promoção da eficiência energética, a cooperação a nível regional, sub-regional e internacional e os meios de implementação, dando sempre um grande enfoque ao apoio ao desenvolvimento de tecnologias mais eficientes e limpas na área dos combustíveis fósseis. O texto não tinha qualquer referência às "time-bound targets", nem ao mecanismo de review e follow-up, pontos fundamentais para a UE.

A mensagem da UE foi focada sobretudo na necessidade de se cumprir os objectivos do Milénio, e na necessidade urgente de serem desenvolvidos esforços no sentido de diversificar o mix energético através da aposta forte nas energias renováveis, apostando também na eficiência energética e no desenvolvimento de tecnologias cada vez mais limpas e eficientes, assim como na transferência, capacitação técnica e suporte financeiro aos países em desenvolvimento.

Por outro lado, o G77, a Arábia Saudita, o Azerbaijão, o Kuwait procuraram sempre sublinhar e dar o grande enfoque ao desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes, em especial a nível dos combustíveis fósseis, bem como na aposta à eficiência energética ao nível das refinarias e indústrias extractivas de petróleo, uma vez que consideram que estes combustíveis irão manter um papel dominante nas próximas décadas.

Em matéria de alterações climáticas, e sobre o texto apresentado os EUA expressaram descontentamento com o tamanho e conteúdo do texto que no seu entendimento deveria reflectir a magnitude do desafio e os avanços alcançados. A UE e o G77/China manifestaram satisfação geral. O Canadá referiu que o texto não reflectia a natureza global do problema das alterações climáticas e sua solução e que o texto deveria definir o papel e valor acrescentado da CDS nesta matéria.

Ao longo das negociações, as principais preocupações da UE relativamente ao texto de negociação foram incluir uma referência à necessidade urgente de acção como consequente início das negociações para o período pós 2012, na COP13 em Bali e a conclusão até 2009 e inclusão de referências aos estudos científicos/resultados do IPCC.

Tendo em conta o fracasso das negociações, e a impossibilidade de se chegar a um texto acordado, o Chair da CDS apresentou um texto de compromisso, dando nota que "era pegar ou largar". O texto foi aceite pelo G77, pelos EUA e Canadá. A UE e a Suíça rejeitaram a proposta de texto, justificando que o texto não era suficientemente ambicioso, porque ficava muito aquém do que já havia sido aprovado na Cimeira de Joanesburgo.

As delegações demonstraram um certo desapontamento com o desfecho desta sessão, chegando mesmo a porem em causa dois longos anos de trabalho dedicados a estas temáticas. Muitas delegações questionaram-se sobre a importância da CDS enquanto órgão capaz de identificar acções e medidas para acelerar a implementação dos compromissos. Essas mesmas delegações, tal como os EUA têm vindo a defender, consideraram que a CDS deverá ser apenas um Fórum de diálogo, de partilha de conhecimentos e experiências.

Este desfecho da CDS poderá vir a ter duas consequências negativas, por um lado e substantivamente, a de fortalecer a posição daqueles países, sobretudo os produtores de petróleo, que querem resistir à valorização dos biocombustíveis. Por outro lado e institucionalmente, o enfraquecimento da própria CDS enquanto Fórum de discussão multilateral nas matérias de desenvolvimento sustentável.

2.1.3. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)

A 24ª Sessão do Conselho de Governadores do PNUA realizou-se entre 5 e 9 de Fevereiro, contando com cerca de 1000 participantes, incluindo delegados de 141 países, assim como representantes das agências das Nações Unidas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, sector empresarial e indústria. A sessão do Conselho de Governadores reuniu sob a forma de sessões plenárias, *Comité of the Whole*, um grupo de trabalho sobre orçamento, um grupo de redacção e um conjunto de grupos de contacto, nos quais foram discutidas as propostas de decisão.

As consultas ministeriais decorreram entre o dia 5 e 7 de Fevereiro, cujos os temas em discussão foram a Reforma das Nações Unidas e Globalização e Ambiente. As consultas ministeriais decorreram sob a forma de mesas redondas, compostas por 20 países, presidida por um facilitador. Sua Excelência o Secretário de Estado do Ambiente foi facilitador numa das mesas redondas subordinada ao tema "Reforma das Nações Unidas".

Do sumário apresentado pelo Presidente do Conselho de Governadores, em matéria de ambiente e globalização, os Ministros identificaram os seguintes pontos:

- oportunidades, incluindo: a erradicação da pobreza e os meios para a preservação ambiental contribuindo também para o desenvolvimento económico; controlar o poder de mercado; a necessidade de transferência de tecnologias ambientais.
- desafios, incluindo: o crescimento descontrolado no contexto de uma governação inadequada; os problemas de competitividade; o aumento da procura de energia e dos problemas das alterações climáticas; a propagação das espécies invasoras.
- opções de acção, incluindo: as acções dos governos em matéria de políticas de coerência, a governação nacional, as tecnologias ambientalmente sãs, as avaliações de impacto; o encorajamento das parcerias público-privadas; a implementação dos acordos multilaterais de ambiente; o reforço da governação ambiental internacional como forma de dar resposta aos desafios da globalização; os mecanismos de transferência tecnológica e o reforço de capacidades para países em desenvolvimento.

Em matéria da reforma das Nações Unidas, os Ministros realçaram os seguintes aspectos:

- oportunidades, incluindo: reforço das actividades ambientais no contexto da reforma das Nações Unidas, fazendo a ligação entre a sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento sustentável e crescimento económico; a disseminação do conhecimento; a implementação efectiva do Plano de Bali; melhorar a cooperação entre o PNUA e o PNUD; assegurar a integração da dimensão ambiental nas actividades de cooperação.
- desafios, incluindo a necessidade de: coordenação global, regional e nacional sobre a gestão dos recursos naturais; ligação entre as questões de ambiente e as questões de desenvolvimento, de comércio, agricultura, saúde e segurança; garantir ao PNUA recursos financeiros para pôr em prática projectos em matéria de alterações climáticas, perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas; discussão sobre a reestruturação do PNUA e o reforço da governação ambiental internacional.

As discussões da 24ª sessão do Conselho de Governadores foram inconclusivas em termos de futuro do PNUA e da criação da ONUA. Uma certeza há, o reforço do mandato do PNUA é imperativo. O problema reside apenas no facto de não se saber como o fazer, ou através do reforço efectivo do PNUA ou através da transformação do PNUA numa outra instituição.

Sobre o tema globalização e ambiente, as discussões foram frutíferas, acordando-se na necessidade de o tema ser agendado para a próxima sessão especial do Conselho de Governadores para que os Ministros possam debater formas de concretização das ideias expressas pelos diferentes países.

As discussões sobre químicos centraram todas as atenções. Apesar da intransigência das posições de alguns países e da sensação de um "dejá vu" foi possível alcançar um acordo que confortou as diferentes posições.

Esta Sessão do Conselho de Governadores teve um carácter político acentuado, sobretudo devido ao trabalho de bastidores desenvolvido pelas delegações no que se refere à questão do futuro do PNUA e das questões do químicos. Havia alguma expectativa quanto à realização deste Conselho de Governadores, pelo facto de ser o primeiro sobre a liderança de Achim Steiner, mas o resultado final foi considerado muito positivo.

Durante esta sessão do Conselho de Governadores, foi ainda assinado um Memorando de Entendimento entre o MAOTDR, o NEPAD e o Secretariado da CBD relativo ao aumento da capacitação institucional no domínio de implementação da Convenção de Biodiversidade e do Protocolo de Cartagena à Convenção. Assinaram o Memorando o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, o Chefe Executivo do NEPAD e o Secretário Executivo da CBD. O Memorando de Cooperação visa o aumento da capacitação institucional nos países em desenvolvimento através da realização de acções de formação, intercâmbio de peritos entre Portugal e os países entretanto definidos, criação de bases de dados e redes de informação, tendo em vista uma efectiva implementação da Convenção da Biodiversidade e do seu Protocolo sobre Biosegurança naqueles países.

2.1.4. OCDE

EPOC

Foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do Comité de Políticas do Ambiente (EPOC) da OCDE que neste ano se reuniu de 28 a 29 de Março em Paris e nela participaram peritos de todos os países membros da OCDE assim como, representantes da Comissão da União Europeia. A reunião teve como objectivos a preparação do programa de actividades e do orçamento do EPOC para 2008 e a preparação do documento "OECD Environmental Outlook to 2030" e da reunião Ministerial do EPOC que irá ter lugar em Abril de 2008. Foram também discutidos os custos de inacção e o seguimento da reunião conjunta de cooperação e ambiente. O EPOC reuniu-se pela segunda vez, em Roma de 29 a 30 de Novembro para discutir novamente o Orçamento e Programa de Trabalho e a preparação da reunião do EPOC Ministerial. Foi também abordado o tema Comércio e Ambiente.

EXAME DA POLÍTICA AMBIENTAL DE PORTUGAL

No âmbito dos trabalhos do Grupo Performances Ambientais da OCDE foi concluído e apresentado, na reunião do EPOC de Novembro, o Relatório Intercalar Sobre o Cumprimento das Recomendações da OCDE aprovadas no Exame da Política de Ambiente de Portugal em 2001 e que constitui a resposta de Portugal a este exercício. Por outro lado e no cumprimento dos compromissos assumidos neste programa de trabalho da OCDE, Portugal participou na avaliação da política da Turquia, através de um especialista que integrou a equipa de peritos da OCDE, que realizou a avaliação durante o mês de Outubro em Istambul e Ankara.

2.2. ÁREAS TEMÁTICAS

2.2.1. Ar

Preparação para a Cimeira da Primavera

No domínio da Estratégia Integrada em matéria de Alterações Climáticas e Energia, a COM apresentou, no início de Janeiro, um conjunto de documentos muito relevantes. Destacamos, neste domínio, as comunicações da Comissão "Uma Política Energética para a Europa" e

"Limitação das alterações climáticas globais a 2 graus Celsius". Relativamente às alterações climáticas as negociações em curso têm ainda em conta os resultados científicos do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) e recentes análises económicas disponibilizadas pelo meio científico, nomeadamente o Relatório Stern.

Estas comunicações e os resultados que provieram de discussões articuladas entre o Grupo Ambiente e o Grupo Energia vieram a definir as posições dos Chefes de Estado e Governo na Cimeira de 9 de Março, que ajudou a criar a visão ambiciosa da UE, não só em termos do seu "trabalho de casa" nas áreas das Alterações Climáticas e Energia como para as negociações de um regime climático global para o pós-2012.

Ainda no âmbito das Alterações Climáticas, Portugal celebrou com Cabo-Verde um Memorando de Entendimento que visa a cooperação entre os dois países em projectos referentes ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

2.2.2. RESÍDUOS

- Revisão da Directiva quadro relativo aos Resíduos

Durante a Presidência alemã, no Conselho Ambiente de 28 de Junho, foi alcançado acordo político em 1ª leitura sobre a proposta de Directiva relativa aos Resíduos, cuja negociação teve início durante a Presidência austríaca. Este texto seria finalizado no decorrer da presidência portuguesa do segundo semestre.

2.2.3. QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Convenção de Estocolmo

O Conselho de 9 de Março aprovou conclusões tendo em vista a preparação da 2.ª Conferência das Partes (COP 2) na Convenção de Estocolmo relativa aos poluentes orgânicos persistentes, que teve lugar em Genebra, de 1 a 5 de Maio de 2006

A Convenção de Estocolmo, que entrou em vigor em 17 de Maio de 2004, estabelece um quadro, com base no princípio de precaução, para a eliminação da produção, utilização, importação e exportação de poluentes orgânicos persistentes prioritários, para o seu manuseamento, tratamento e eliminação em condições de segurança ou para a redução das libertações não deliberadas de determinados poluentes orgânicos persistentes. Além disso, a Convenção estabelece regras para a alteração da Convenção através do aditamento de novas substâncias químicas aos seus anexos.

Organismos geneticamente modificados (OGM)

O debate em torno das perspectivas europeias para uma melhor utilização dos organismos geneticamente modificados (OGM) para fins de cultivo e alimentares, bem como sobre o processo decisório europeu a aplicar aos OGM, foi prosseguido durante as Presidências Alemã e Portuguesa à luz, nomeadamente, dos relatórios de avaliação que foram apresentados pela Comissão em 2006 acerca da aplicação da legislação comunitária sobre esta matéria.

Em 12 de Abril, a Comissão decidiu propor alterações práticas ao funcionamento do sistema, a fim de melhorar a coerência científica e a transparência das decisões em matéria de OGM e permitir a todas as partes intervenientes chegar a consenso.

As medidas deverão ser introduzidas no quadro actual em vigor e não implicarão atrasos no processo de autorizações.

Alem disto, a COM apresentou em 2006 duas propostas: i) Proposta de Decisão do Conselho relativa à proibição provisória da utilização e venda na Áustria de milho geneticamente modificado (Zea mays L, linhagem MON 810); e ii) Proposta de Decisão do Conselho relativa à

proibição provisória da utilização e venda na Áustria de milho geneticamente modificado (Zea mays L, linhagem T25). No Conselho de Ministros de 19 de Dezembro de 2006 reuniu-se uma maioria qualificada contra estas propostas de Decisão da Comissão, nos termos da Directiva 2001/18/CE.

Em 2007 a COM apresentou uma nova proposta de decisão do Conselho relativa à proibição da utilização e venda de milho geneticamente modificado (Zea mays L, linhagem MON 810), mas desta vez na Hungria, e uma decisão que autoriza a colocação no mercado de um cravo (*Dianthus caryophyllus L.*, linhagem 123.2.38) geneticamente modificado no que respeita à cor da flor. No Conselho de Ministros de 20 de Fevereiro, o Conselho aprovou, por maioria qualificada, uma decisão de rejeição da proposta da Comissão, no que se refere ao milho geneticamente modificado; quanto ao cravo geneticamente modificado, o Conselho não pôde atingir uma maioria qualificada a favor ou contra a proposta da Comissão.

No Conselho Ambiente de 28 de Junho a Áustria, apoiada por IE, IT, PL, LU, BE, CZ, FR, CY, HU, MT, GR E SK, pediu à Comissão para ponderar a hipótese de tomar medidas apropriadas para suspender ou limitar a autorização para o MON 863.

É de referir ainda que no Conselho Ambiente de 28 de Junho, foi aprovado, por maioria qualificada, decisão que atribui à Comissão um mandato para negociar, no quadro do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica, regras e procedimentos internacionais no domínio da responsabilidade e reparação por danos resultantes de movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados.

Mercurio

A nível comunitário, com o objectivo de reduzir os níveis de mercúrio no ambiente através da redução na oferta foi ainda adoptada a Posição comum na Directiva sobre a proibição da exportação e armazenamento seguro de mercúrio metálico. Esta procura ainda estabelecer um quadro legal que ajude a lidar de forma sustentável com os excedentes desta substância.

Resultado de decisão da 24ª Sessão do Conselho dos Governadores do PNUA em Fevereiro de 2007, desenvolveram-se acções relativamente ao mercúrio e outros metais sendo estabelecido o *Ad hoc Open-Ended Working Group* para o Mercúrio que teve a sua primeira reunião no mês de Novembro.

2.2.4. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Convenção Baleeira Internacional

No Conselho Ambiente de 20 de Fevereiro de 2007 foi apresentado uma recomendação da Comissão ao Conselho relativa à participação da Comunidade Europeia nas negociações sobre a caça comercial à baleia no âmbito da Comissão Baleeira Internacional (CBI).

A posição portuguesa foi de acolher positivamente a proposta da Comissão, pois o facto da Comunidade Europeia poder negociar dará maior peso na luta contra à caça comercial à baleia. É importante frisar que ainda há oito Estados Membro que não aderiram à CBI (Eslováquia, Estónia, Grécia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e Roménia).

O Reino Unido não foi a favor que a Comunidade Europeia assumisse em nome da UE as negociações sobre a caça comercial à baleia e que a Dinamarca, em função de suas pequenas ilhas que praticam a caça tradicional à baleia, sempre se absteve na discussão deste tema.

A discussão teve como resultado uma não aceitação da recomendação de decisão do Conselho.

Portugal aproveitou este ponto diverso para recordar que se tinha candidatado para ser o país acolhedor e organizador da 61ª reunião da Convenção Baleeira Internacional, que ocorrerá em 2009, estando a concorrer com Yokohama, Japão.

9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica

Durante o Conselho de 20 de Fevereiro de 2007 foi apresentado, como ponto diversos a proposta de Conclusões do Conselho tendo em vista a preparação da 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 9), tendo sido analisada em diversas reuniões no âmbito do Grupo Ambiente Internacional.

No Conselho de 30 de Junho de 2007 foi aprovado o texto de conclusões sobre a preparação da COP 9, após ter sido analisada em diversas reuniões no âmbito do Grupo Ambiente Internacional e na reunião do COREPER de 20 de Junho.

Meio Marinho

A Directiva-Quadro "Estratégia Meio Marinho", pilar ambiental da política marítima europeia, tem por objectivo alcançar o bom estado ambiental no meio marinho até 2020, através do desenvolvimento e aplicação de Estratégias Marinhas destinadas a proteger o meio marinho e impedir a sua deterioração. Para a concretização deste objectivo, a directiva prevê que a determinação do bom estado ambiental seja feito ao nível de regiões marinhas, vistas como unidades de gestão, tendo os Estados-membros que desenvolver Estratégias Marinhas em cooperação com outros países da mesma região, quer com os da UE, quer com países terceiros.

Em 2007, a Presidência Alemã finalizou a análise dos considerandos resultantes da primeira leitura do Parlamento Europeu. Para a Presidência Portuguesa, ficou a condução de difíceis negociações, de forma a aproximar a posição entre o Conselho e o Parlamento Europeu.

2.3. CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO EUROPEIA

2.3.1. Acompanhamento do Conselho Ambiente

Como habitualmente o GRI assegurou a preparação dos Conselho de Ministros de Ambiente da UE mediante a preparação das pastas a submeter aos membros do Governo representantes nos Conselhos. No ano de 2007 e durante o primeiro semestre o GRI assegurou a elaboração das notas de intervenção e de enquadramento, baseadas no contributo dos organismos técnicos do MAOTDR, enquanto no semestre em que Portugal assumiu a Presidência da UE esse processo foi feito em directa colaboração com o Secretariado-Geral do Conselho e em articulação com a Representação Permanente em Bruxelas..O GRI continua a integrar a delegação nacional aos Conselhos Ambiente.

O trabalho desenvolvido pelo GRI neste âmbito requer o acompanhamento regular das negociações dos dossiers comunitários que constam da agenda de cada Conselho. Estas negociações têm lugar em sede dos Grupos de Trabalho Ambiente e Ambiente Internacional do Conselho, sendo a participação nas respectivas reuniões assegurada pelos organismos técnicos do MAOTDR, nas áreas das suas atribuições de competências e pelo GRI, nos domínios políticos e transversais.

Nas reuniões do Conselho procura-se alcançar acordos políticos sobre legislação comunitária em matéria de ambiente, adoptam-se documentos de conclusões e realizam-se debates de orientação nos dossiers comunitários, cuja negociação está ainda em curso.

Em 2007, os Ministros do Ambiente da UE reuniram-se em Conselho, a 20 de Fevereiro e 28 de Junho, durante a Presidência Alemã, e a 30 de Outubro e 20 de Dezembro, durante a Presidência Portuguesa. Reuniram-se ainda em 2 reuniões informais a 1 e 2 de Junho, em Essen e de 31 de Agosto a 1 de Setembro, em Lisboa.

2.3.2. Conselho Informal de Essen

Teve lugar em Essen, de 1 a 3 de Junho de 2007, o Conselho Informal de Ministros do Ambiente, que se desenrolou em torno do tema "Ambiente -Inovação - Emprego". Estiveram

presentes, para além dos Ministros dos Países-membros da União Europeia, os Ministros dos países candidatos e dos países da EFTA.

A palavra de ordem deste Conselho foi, pode dizer-se, eco-inovação: a discussão rodou, sobretudo, em torno da questão da compatibilização entre os objectivos ambientais e os económicos.

Os Ministros vêem as tecnologias ambientais como uma verdadeira mais-valia da economia europeia e consideram premente que as políticas ambientais reflectam esta visão; neste sentido, uma política ambiental ambiciosa e eficiente representa um imperativo para a prossecução de uma economia modernizada e competitiva. Na medida em que a eco-inovação representa também um factor de crescimento, desempenhará também um papel fulcral no desenvolvimento socio-económico. Os Ministros sublinharam ainda que esta abordagem, que se quer ambiciosa, não pode fazer-se sem uma política transversal, que teria de passar necessariamente por outras áreas, para além do ambiente, como sejam: energia, transportes, indústria, comércio, investigação e, evidentemente, finanças.

2.3.3. Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano e da Coesão Territorial, Leipzig, 24-25 de Maio de 2007, Leipzig

No domínio do Ordenamento do Território, a Reunião Informal ficou marcado pela adopção da Agenda Territorial da UE, documento que constitui um enquadramento político, apresentando as prioridades para o desenvolvimento territorial e futuras acções chave nesse domínio, contribuindo assim para o crescimento económico e sustentável, criação de emprego nas regiões da UE e para o seu desenvolvimento social e ambiental, de acordo com as Estratégias de Lisboa e de Gotemburgo.

Coube à Presidência Portuguesa no semestre seguinte preparar o Primeiro Plano de Acção para Implementação da Agenda Territorial, cuja adopção teve lugar na Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que decorreu de 22 a 25 de Novembro, nos Açores.

Na mesma ocasião os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano adoptaram a Carta de Leipzig sobre Cidades Sustentáveis que fornece um conjunto de linhas orientadoras para uma política integrada de desenvolvimento urbano, com vista às cidades como um todo, atribuindo particular ênfase às zonas urbanas desfavorecidas económica e socialmente.

Os Ministros acordaram ainda iniciar um debate político com vista à discussão sobre potenciais sinergias entre a Agenda Territorial da UE e a Carta de Leipzig e a integração dos aspectos urbanos e territoriais constantes nas Orientações Estratégicas Comunitárias sobre a Coesão 2007-2013 nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais.

3. SEGUNDO SEMESTRE DE 2007

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

3.1. PRIORIDADES

Portugal elegeu para a sua Presidência do Conselho da União Europeia três prioridades em matéria ambiente: alterações climáticas, escassez de água e seca e biodiversidade.

As alterações climáticas que são na actualidade o principal desafio ambiental deste século, tiveram durante o ano de 2007 desenvolvimentos políticos significativos a nível comunitário e internacional que culminaram na aprovação do roteiro de Bali em Dezembro na Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. A Presidência portuguesa teve um papel central na negociação deste documento que representa a redefinição

política do regime do combate às alterações climáticas tendo sido salvaguardadas as pretensões comunitárias para o regime climático do período pós-Quito.

A escassez de água e seca, problema estrutural cuja frequência e gravidade exigem que seja objecto de uma abordagem europeia complementando-se os actuais instrumentos comunitários de gestão da água. Este foi o tema da reunião informal de Ministros do Ambiente, que teve lugar em Lisboa tendo sido posteriormente aprovadas em Conselho de Ministros do Ambiente conclusões do Conselho sobre o tema.

A protecção da biodiversidade foi a terceira prioridade política, tendo Portugal em colaboração com a Comissão Europeia lançado a iniciativa "Business&Biodiversity" cujo objectivo consiste em promover a integração de preocupações de protecção da biodiversidade e de conservação da natureza nos processos de decisão das empresas, permitindo que estas contribuam de forma significativa para o objectivo comunitário de sustentar o declínio da biodiversidade na Europa até 2010.

Para além destas três prioridades da Presidência apresentam-se de seguida uma forma sintética os principais eventos e os instrumentos legislativos e não legislativos cuja preparação e negociação marcaram a actividade do GRI durante o segundo semestre de 2007.

3.2. ÁREAS TRANSVERSAIS

3.2.1. CEE/ONU – 6ª CONFERÊNCIA "AMBIENTE PARA A EUROPA"

Ministros do Ambiente e Chefes de delegação de 50 países que participam no processo "Ambiente para a Europa" e representantes da Comissão Europeia, participaram na 6ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa", em Belgrado, de 10 a 12 de Outubro e ainda com uma larga participação de Agências das Nações Unidas, Organizações e Institutos Internacionais, Centros Ambientais Regionais e Organizações não-governamentais. A Conferência Ministerial adoptou uma Declaração ministerial sobre o futuro do processo, e duas Declarações Ministeriais Temáticas, uma sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável e outra sobre Biodiversidade.

A Conferência contou com apresentações temáticas por individualidades com reconhecimento nesta área, mesas redondas ministeriais e intervenções dos Estados-membros. As temáticas abordadas durante as discussões ministeriais foram: avaliação e implementação, educação para o desenvolvimento sustentável, biodiversidade e progressos e perspectivas na implementação da Estratégia Ambiental para os países Europa de Leste, Cáucaso e Ásia Central (EECCA). A Agência Europeia do Ambiente, que apresentou também o 4º Relatório de Avaliação do Estado do Ambiente, referiu que as conclusões do relatório espelham os progressos alcançados na região e as áreas que ainda têm que ser mais trabalhadas.

A União Europeia (UE) teve um papel crucial durante todo o processo de preparação da Conferência e negocial, sendo que para a UE alguns desses resultados positivos foram:

- Necessidade de fazer mais progressos ambientais nos países da região CEE/NU e o reconhecimento do valor do processo "Ambiente para a Europa", como o único Fórum Pan-europeu para alterar os desafios ambientais;
- Necessidade do processo "Ambiente para a Europa" ser mais focalizado, reflectindo as alterações políticas e sócio-económicas;
- Reconhecimento de que um compromisso político por parte dos países EECCA e seus parceiros é necessário para haver mais progressos;
- Necessidade de promover o uso sustentável dos recursos naturais e necessidade de promover os padrões de consumo e produção sustentáveis;
- Necessidade de se fazer uma reforma do processo "Ambiente para a Europa";

A Declaração Ministerial adoptada em Belgrado expressa um compromisso conjunto, para continuar, reforçar e reestruturar o processo "Ambiente para a Europa", o qual foi um dos objectivos primordiais e políticos da UE neste processo.

3.2.2. Proposta de Directiva-Quadro para a Protecção dos Solos durante a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia

A Comissão Europeia adoptou a proposta de Directiva em Setembro de 2006, durante a PRES Finlandesa. Coube à PRES Alemã iniciar a discussão deste dossier tendo sido feita uma primeira leitura do articulado da proposta em Grupo Ambiente e debate político no Conselho de Ambiente de 20 de Fevereiro. Áustria, Reino Unido e Holanda manifestaram, desde cedo, muitas reservas quanto à existência de uma directiva sobre protecção do solo, enquanto que França, Suécia e Finlândia manifestaram reservas quanto a proposta concreta da COM.

Com o objectivo de obter acordo político no decurso da PRES PT, foram realizadas 13 reuniões em Grupo Ambiente e 2 de Grupo de Peritos para discussão da proposta. Durante os seis meses de negociação foram feitas múltiplas alterações à proposta inicial da COM no sentido de apresentar uma proposta compromisso que reunisse consenso. Foi-se verificando, com o avançar das negociações, uma abertura cada vez maior por parte do Conselho, sendo a maioria dos EM favorável a ter acordo político em Dezembro. Apenas algumas delegações continuavam a manifestar fortes reservas independentemente das alterações introduzidas no texto pela PRES – Reino Unido, Holanda, França e Alemanha.

No COREPER de dia 7 de Dezembro, último antes do Conselho de Ambiente, PRES apresentou nova proposta de compromisso. Esta recebeu o apoio da maioria das delegações, mas França, Reino Unido, Áustria, Holanda, Malta, Finlândia e Suécia manifestaram vontade de continuar a discutir texto com PRES, tendo indicado os pontos ainda fonte de preocupação. A Alemanha anunciou que o seu voto em Conselho seria contra a proposta.

A PRES PT manteve as negociações até ao dia do Conselho através de reuniões bilaterais com delegações que se mostraram mais resistentes ao acordo político.

No Conselho foi apresentado um pacote compromisso que contemplava os aspectos apontados pelo Reino Unido, pela Áustria, pela Holanda, pela Malta, pela Finlândia e pela Suécia em COREPER de dia 7 de Dezembro.

A maioria dos Estados Membros apoiou a proposta da PRES e o acordo político à excepção da Alemanha, da Áustria, da França, da Holanda e do Reino Unido. Sendo, porém, necessária a maioria qualificada para o acordo político, não foi possível fechar este dossier na Presidência portuguesa.

3.3. ÁREAS TEMÁTICAS

3.3.1. Ar

Alterações Climáticas: 13ª COP/ CMP 3 United Nations Framework Convention on Climate Change; Bali, 3 a 14 Dezembro

Em 2007 a visibilidade política da temática Alterações Climáticas foi de uma ascensão extraordinária contribuindo para um novo ímpeto negocial relativamente ao futuro regime climático pós-2012.

Para tal visibilidade contribuíram não só, o Debate Temático paralelo à 62ª Assembleia Geral e o Evento de Alto Nível das Nações Unidas como também a *Major Economies Meeting*, a apresentação do 4º Relatório do IPCC, a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao IPCC e a Al Gore, tudo culminando em Bali no final do ano com a realização da 13ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, onde se iria delinear as bases do processo negocial de um novo acordo para o regime climático pós 2012 que se finalizará em Copenhaga aquando da 15ªCoP em 2009.

A nível de trabalho comunitário, de extrema importância realçar as Conclusões do Conselho de Ambiente de 20 de Fevereiro, as Conclusões do Conselho Europeu da Primavera e ainda as Conclusões do Conselho de Ambiente de 30 de Outubro, estas últimas definidas sob a Presidência Portuguesa, que espelharam a visão ambiciosa da UE e definiram a posição

comunitária no que respeita aos elementos constituintes de um regime climático para o pós-2012. Em Bali, coube então a Portugal enquanto Presidência da União Europeia no 2º semestre de 2007, a difícil tarefa de negociar este acordo em nome dos 27 Estados Membros.

As Partes acordaram nesta CoP 13 o *Bali Action Plan*, decisão que lança o processo negocial com vista a alcançar um acordo abrangente e global para o pós 2012 e cuja condução dos trabalhos será efectuada pelo *Ad Hoc Working Group on Long Term Cooperative Action*. Este processo deverá envolver uma perspectiva comum, inclusive um objectivo global de longo prazo para redução de emissões, acções relativas à mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologias, recursos financeiros e investimento. Portugal saiu assim de Bali com um saldo bastante positivo; este foi o ponto de partida de uma nova fase, no que diz respeito à nossa capacidade para fazer frente as Alterações Climáticas.

Foram igualmente adoptadas decisões importantes relacionadas com o Fundo de Adaptação, Transferência de Tecnologia e a Redução de Emissões Resultantes da Desflorestação.

Qualidade do Ar

A nível Comunitário, o ano de 2007 assistiu finalmente a um acordo relativo à proposta de Directiva para a Qualidade do Ar, que entrará em vigor em 2011. Esta nova directiva vem substituir 4 Directivas e uma Decisão do Conselho e estabelece pela primeira vez standards vinculativos para as partículas finas (PM 2.5).

Aviação

A nível comunitário uma das principais vitórias do ano de 2007 e concretamente da Presidência Portuguesa foi a de se alcançar acordo político na proposta de Directiva para inclusão da Aviação no Comércio de Emissões, cujo propósito é o de reduzir o impacto da aviação nas Alterações Climáticas; deverá incluir todos os voos que aterrem ou partam de um estado membro da União Europeia a partir de 2012. Ficam excluídas deste regime os voos de serviço público que servem as regiões ultraperiféricas

19.ª Reunião das Partes ao Protocolo de Montreal de Protecção da Camada de Ozono

2007 foi o ano de celebração do 20.º aniversário do Protocolo de Montreal considerado por muitos como um dos mais bem sucedidos acordos multilaterais de ambiente dos nossos tempos.

Entre 1 e 8 de Junho decorreu em Nairobi a 26ª Sessão do *Open Ended Working Group* que serviu de preparação à Reunião das Partes. A 19ª Reunião das Partes decorreu em Montreal de 17 a 21 Setembro 2007. A cooperação interna da UE entre a Comissão (que detém mandato para negociar os assuntos incluídos no Regulamento Comunitário), a PRES PT e os Estados Membros permitiu à UE desempenhar um papel-chave nos resultados desta reunião, onde se alcançou um acordo histórico: o *phase-out* acelerado da produção e consumo dos HCFC's., significativo para a protecção da camada de Ozono detendo também um contributo expressivo no combate às Alterações Climáticas pelo elevado potencial de efeito de estufa que detêm os HCFC's.

A reunião também permitiu fazer progressos no que respeita à implementação do Protocolo de Montreal pelas significativas reduções nas excepções ao uso de brometo de metilo, no combate ao comércio ilegal e nos termos de referência para o estudo do reabastecimento do Fundo Multilateral de 2009-2011. A Declaração de Montreal que para além de reconhecer o *phase-out* acelerado dos HCFC's, também reconhece a cooperação internacional dos últimos 20 anos para protecção e recuperação da camada de Ozono.

3.3.2. ÁGUA

Substâncias Prioritárias

A 17 de Julho, a Comissão adoptou uma proposta de Directiva para proteger as águas superficiais contra a poluição.

O principal objectivo desta proposta consiste em estabelecer uma Norma de Qualidade Ambiental em termos de concentrações médias anuais e concentrações máximas permitidas em relação às substâncias prioritárias e outros poluentes. É também pretendido que sejam cumpridos certos requisitos que asseguram o cumprimento da Norma de Qualidade Ambiental. Uma vez que esta proposta resultará numa Directiva-filha, pede-se que se cumpram os requisitos mínimos de monitorização definidos na DQA, no seu artigo 8º. As medidas de controlo de emissões, descargas e perdas são deixadas à responsabilidade de cada EM.

Escassez de Água e Seca

No seguimento do trabalho desenvolvido pela "Expert Network on Water Scarcity and Droughts" e pelo "Stakeholder Forum", a Comissão Europeia apresentou em 20 de Julho de 2007 uma comunicação intitulada "Enfrentando o desafio da escassez de água e seca na União Europeia.". Dada a relevância desta temática para Portugal, no decurso da Presidência Portuguesa da União este tema foi considerado uma prioridade no domínio ambiental, servindo de base à discussão da Reunião Informal de Ministros do Ambiente, que decorreu em Lisboa a 31 de Agosto. Como resultado desta Reunião a Presidência Portuguesa produziu um documento de Conclusões que sublinhou um consenso generalizado quanto à importância e impacto destes fenómenos extremos, bem como quanto à necessidade de uma completa e eficaz Implementação da Directiva Quadro da Água (DQA).

No seguimento das discussões tidas em Lisboa, e tendo por base a Comunicação da Comissão, a Presidência Portuguesa realizou três reuniões de Grupo Ambiente sobre esta temática, tendo acordado um documento de Conclusões que foi aprovado, pelos Ministros do Ambiente, no Conselho de 30 de Outubro de 2007.

3.3.3. RESÍDUOS

- Revisão da Directiva quadro relativa aos Resíduos

Durante o 2º semestre de 2007 coube à Presidência portuguesa finalizar o texto com vista à adopção da posição comum, que teve lugar como ponto A, no Conselho Ambiente de 20 de Dezembro.

A proposta de Directiva revê a actual Directiva-Quadro relativa aos resíduos (2006/12/CE) e integra e revoga as directivas relativas a resíduos perigosos (91/689/CEE) e óleos usados (75/439/CEE), constando dos seus objectivos simplificar e modernizar a actual legislação no domínio dos resíduos, implementar uma política de prevenção de resíduos mais ambiciosa e eficaz e encorajar a reutilização e a reciclagem. A proposta de directiva clarifica conceitos-chave como as definições de resíduo, valorização e eliminação, reforça medidas a adoptar em matéria de prevenção e introduz uma abordagem que tem em conta o ciclo de vida dos produtos e materiais, a redução dos impactos ambientais da geração e gestão de resíduos e a valorização do seu valor económico.

3.3.4. AMBIENTE E SAÚDE

No seguimento da apresentação pela Comissão em Junho de 2007 da Avaliação Intercalar do Plano Europeu de Acção Ambiente e Saúde 2004-2010, envolvendo as DGs Ambiente, Saúde e Investigação, no Conselho de Ministros de 20 de Dezembro teve lugar a adopção de Conclusões sobre Ambiente e Saúde. O Conselho expressou assim o seu compromisso em cumprir os objectivos estabelecidos no Plano de Acção Ambiente e Saúde 2004-2010, reconhecendo a necessidade de desenvolver ferramentas adequadas à antecipação, prevenção e resposta a ameaças potenciais, minimizando dessa forma os impactos de determinantes ambientais na saúde humana.

As Conclusões contribuíram ainda para a definição de prioridades e recursos com vista ao segundo ciclo da Estratégia Europeia Ambiente e Saúde, assim como para a preparação da 5ª Conferência Ministerial Ambiente e Saúde da Organização Mundial de Saúde, que terá lugar em 2009.

Realçaram ainda a importância da continuação do desenvolvimento de um sistema de informação sobre Ambiente e Saúde e de uma rede europeia dedicada ao tema, bem como a importância do incentivo à investigação neste domínio

3.3.5. QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Organismos geneticamente modificados (OGM)

No Conselho de 30 de Outubro o Conselho foi convidado a deliberar sobre duas propostas de decisão destinadas a revogar parcialmente medidas de salvaguarda provisórias aplicadas pela Áustria no que respeita à utilização e venda do milho geneticamente modificado MON 810 e T25. Após uma ronda, verificou-se que não era possível alcançar a maioria qualificada requerida para aprovação ou rejeição da proposta. A Comissão considerou que as suas propostas deveriam ser alteradas, de forma a abranger unicamente os aspectos da proibição austríaca que dizem respeito à alimentação humana e animal, logo a Comissão apresentou propostas alteradas ao Conselho.

3.3.6. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Business & Biodiversity (B&B)

Este tema foi apresentado no Conselho de 18 de Dezembro de 2006, por Portugal, fazendo ponte com a Comunicação da Comissão sobre Biodiversidade "Travar a perda da biodiversidade e mais além" e sendo apresentado como a terceira prioridade da Presidência Portuguesa na área do ambiente.

O seu ponto alto ocorreu na Conferência de Alto Nível intitulada "*Business & Biodiversity*", nos dias 12 e 13 de Novembro. O objectivo desta prioridade é reforçar as ligações entre as empresas e a biodiversidade permitindo, a nível europeu, a promoção, o *benchmarking*, o reconhecimento e a consistência entre as diferentes parcerias desenvolvidas a nível local, envolvendo as empresas na conservação da biodiversidade e confirmando o valor acrescentado da biodiversidade para estas.

As conclusões da conferência foram apresentadas no documento intitulado "Mensagem de Lisboa sobre Empresas e Biodiversidade" que reflecte o interesse das empresas em divulgar as melhores práticas e parcerias neste domínio. As conclusões apelam a que se apoie as empresas com instrumentos operacionais para a conservação da biodiversidade, especialmente no que se refere às médias empresas. Encoraja à criação de novos incentivos para desenvolver e fortalecer parcerias entre empresas, governos, organizações, ONGAs e instituições para lutarem contra a perda da biodiversidade, e promove o desenvolvimento de mecanismos que possam identificar os principais *stakeholders* com vista a desenvolver parcerias práticas e operacionais. A adesão de trinta grandes empresas a este projecto demonstra o apoio granjeado pela iniciativa B&B.

A mensagem foi levada ao Conselho de Ministros do Ambiente, em 20 de Dezembro de 2007, e será apresentada na 9ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, em Maio de 2008, em Bona, e ainda ao 4º Congresso Mundial de Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza, em Outubro de 2008, em Barcelona, o que atesta a projecção dada a este tema.

Meio Marinho

Na sequência de três trólogos entre as três instituições envolvidas, um compromisso global foi acordado, o que evitou a necessidade de recurso ao processo de conciliação. O acordo em 2ª leitura foi confirmado pelo Parlamento Europeu na sessão plenária de 11 de Dezembro.

A Presidência portuguesa considerou o resultado obtido extremamente positivo, na medida em que foram encontradas soluções equilibradas em matéria de custos, calendário, áreas marinhas protegidas, descritores sobre o bom estado ambiental, papel da Comissão e cooperação regional. A transposição desta directiva deverá estar finalizada em 2010.

3.4. CONSELHOS DE MINISTROS DA UNIÃO EUROPEIA

3.4.1. Conselho Informal de Ambiente, Lisboa, 31 de Agosto a 1 de Setembro 2007

Teve lugar em Lisboa, de 31 de Agosto a 2 de Setembro, a Reunião Informal de Ministros do Ambiente, dedicada ao tema da Escassez de Água e Seca.

A escassez de água e a seca são fenómenos com relevantes impactos ambientais e sócio-económicos no território europeu, estimando-se que nos últimos 30 anos os seus custos tenham atingido os 100 biliões de euros. Num contexto em que as alterações climáticas são uma realidade, fenómenos hidrológicos extremos serão cada vez mais frequentes e intensos, pelo que perspectivar acções comuns de resposta a estas problemáticas é uma prioridade da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Esta reunião informal de Ministros juntou os 27 Estados-Membros da União, os países candidatos à adesão e os países EFTA e representantes dos países do Magreb. Esta foi uma oportunidade de partilhar experiências entre países que compartilham estas preocupações.

A discussão serviu para sublinhar a importância e impacto destes fenómenos, bem como a pertinência do debate sobre os caminhos a seguir nesta matéria. Foi também destacada a necessidade de se implementar completa e eficazmente a Directiva Quadro da Água (DQA), o actual chapéu legislativo da gestão dos recursos hídricos na União Europeia.

O trabalho desenvolvido durante a reunião resultou num documento de Conclusões da Presidência que posteriormente serviu de base para a adopção formal de Conclusões no Conselho Ambiente, reunido a 30 de Outubro.

3.4.2. Reunião informal de ministros do ordenamento do território e do desenvolvimento regional

A Reunião Informal teve lugar de 22 a 25 de Novembro de 2007, reunindo em Ponta Delgada, nos Açores, os Ministros da UE responsáveis pelo Ordenamento do Território e pelo Desenvolvimento Regional, a Comissária Europeia para a Política Regional, representantes de diversos países convidados e *stakeholders*. No dia 23 de Novembro a reunião foi dedicada à coesão territorial, sendo os trabalhos do dia seguinte consagrados à política regional.

A sessão sobre coesão territorial ficou marcada pela discussão e adopção do Primeiro Programa de Acção para a implementação da Agenda Territorial da UE, aprovada por ocasião da última Reunião Informal de Ministros responsáveis pela Coesão Territorial, em Leipzig, em Maio de 2007, dando assim seguimento ao trabalho desenvolvido durante a Presidência alemã.

O Programa de Acção elaborado e aprovado sob a Presidência Portuguesa, estabelece um quadro de referência estável e coordenado com vista a orientar a acção dos responsáveis governamentais e a sua cooperação com as instituições comunitárias e outras entidades inter-governamentais, no período 2007-2011, com vista à promoção do desenvolvimento territorial sustentável e da coesão territorial da União Europeia. A sua implementação far-se-á através de um sistema de governação envolvendo Estados-Membros, instituições comunitárias e entidades intergovernamentais participantes na rede de pontos de contacto da coesão territorial.

No domínio do desenvolvimento regional o objectivo da Presidência foi consolidar o arranque da discussão a nível político entre os Estados-Membros sobre a configuração da política de coesão no período pós-2013. Esse objectivo revelou-se particularmente oportuno por coincidir com o lançamento no 4º Fórum da Coesão Económica e Social da discussão sobre o futuro da política de coesão, e também com a assinatura do Tratado de Lisboa que acrescenta à coesão uma importante dimensão territorial, permitindo assim a Portugal enquanto um dos principais

beneficiários desta política comunitária, assumir desde o início um papel pró activo nesse debate.

Como principais resultados desta sessão destaca-se o documento da Presidência de reflexão estratégica sobre as linhas futuras da Coesão da União Europeia com o intuito de lançar uma primeira discussão sobre as opções estratégicas para o futuro da Coesão.

3.4.3. Principais Eventos da Presidência Portuguesa 2007

Evento	Data e Local
5ª Conferência da "Network of Environmental Lawyers"	5 de Julho, Instalações Permanentes (Lisboa)
Workshop Informal do Grupo Ambiente Internacional sobre Alterações Climáticas do Conselho da UE	16 e 17 de Julho, Instalações Permanentes (Lisboa)
Reunião Informal de Ministros do Ambiente	31 de Agosto a 1 de Setembro, Instalações Permanentes (Lisboa)
UE Climate Change sharing of efforts and interlinkages with UE energy and climate policies	5 e 6 de Setembro, Bruxelas
Workshop sobre a Aplicação do Princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor	12 e 13 de Setembro, Lisboa
19ª COP do Protocolo de Montreal	17 a 21 de Setembro, Montreal
Fórum Interregional	20 a 21 de Setembro
6.ª Conferência Ambiente para a Europa	6 a 12 de Outubro, Belgrado
Reunião de Directores Gerais sobre Coesão Territorial	15 de Outubro
Cerimónia de lançamento da ICAP (International Carbon Action Partnership)	29 de Outubro, Pavilhão Atlântico
Conselho de Ministros do Ambiente	30 de Outubro, Luxemburgo
Palestra com o Director Executivo do PNUA Achim Steiner: "A Integração do ambiente nas outras políticas sectoriais"	9 de Novembro, Pavilhão de Portugal
Conferência <i>Business and Biodiversity</i>	12 e 13 de Novembro, F.C. Gulbenkian, Lisboa
Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	23 e 24 de Novembro
30.º Plenário da Rede IMPEL	28 e 30 de Novembro, Lisboa
Reunião de Directores Gerais de Conservação da Natureza	29 e 30 de Novembro
Reunião de Directores Gerais da Água	29 e 30 de Novembro
Conselho de Ministros	20 de Dezembro, Bruxelas
13ª COP da Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas	3 a 14 de Dezembro, Bali

3.4.4. Resultados da Presidência Portuguesa da UE

Como resultados obtidos no campo legislativo e político comunitário, a presidência portuguesa da EU consagrou os seguintes actos legislativos e não legislativos:

<u>ACTOS NÃO LEGISLATIVOS</u>
Adopção de Conclusões do Conselho sobre Escassez de água e seca (30/10/2007)
Adopção de Conclusões do Conselho sobre a preparação da 13ª Sessão da COP Clima (30/10/2007)
Adopção de Conclusões do Conselho sobre Ambiente e Saúde (20/12/2007)
<u>ACTOS LEGISLATIVOS</u>
Acordos políticos em 1ª Leitura
Acordo político em 1ª Leitura sobre a integração da aviação no Comércio Europeu de Licenças de Emissões (20/12/07)
Acordo Político relativo ao Regulamento CE nº 304/2003 relativo ao procedimento de prévia informação e consentimento (PIC) para determinados produtos químicos e pesticidas perigosos no comércio internacional (20/12/07)
Acordos políticos em 2º Leitura
Acordo político em 2ª leitura na proposta de Directiva Estratégia para o Meio Marinho (Dezembro/07)
Acordo político em 2ª leitura na proposta de Directiva Quadro sobre a Qualidade do Ar (Dezembro /07)

A Tramitação processual dos processos de pré-contencioso nos termos do artigo 226.º TCE - Compreendem três fases administrativas: 1ª - *carta administrativa*; 2ª - *Notificação de Incumprimento*, e 3ª - *Parecer Fundamentado*. O Estado-membro é instado a responder aos factos alegados pela Comissão Europeia, prestando esclarecimentos ou corrigindo as situações não conformes detectadas. Se as situações não forem esclarecidas ou corrigidas devidamente nesta última fase de Parecer Fundamentado, a Comissão faz evoluir o processo para a fase contenciosa, isto é de recurso para o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE). Se no decorrer da fase contenciosa o Estado Membro não tiver esclarecido ou corrigido a situação objecto do processo, o TJCE emite Acórdão, com efeitos declarativos, condenando o Estado Membro a cumprir com o estabelecido no Acórdão. Ainda assim, e verificando-se a situação de não conformidade, a Comissão poderá iniciar novo processo de pré-contencioso, mas desta vez, nos termos do artigo 228.º do TCE, isto é, executando o Acórdão anteriormente emitido. Se no termo deste processo de pré-contencioso a situação de não conformidade se mantiver, a Comissão poderá recorrer de novo ao TJCE, mas desta vez solicitando que o TJCE no seu Acórdão, com efeitos, agora executórios, aplique sanções pecuniárias com efeitos desde a data do primeiro Acórdão declarativo.

4. PRÉ-CONTENCIOSO E CONTENCIOSO COMUNITÁRIO

A nível de processos de infracção em matéria de ambiente verificou-se em 2007 a manutenção de uma acentuada redução do número de processos pendentes relativamente à situação verificada no ano anterior, tendo-se terminado o ano com 36 processos pendentes contra os 59 processos pendentes a 31 de Dezembro de 2005 e os 46 processos pendentes a 31 de Dezembro de 2006.

Esta redução deveu-se não só à verificação de um número assinalável de decisões de arquivamento (15) como à manutenção da tendência de um menor número de processos iniciados (5) comparativamente com o ano de 2006 (7).

A situação dos **processos em curso**, verificada a 31 de Dezembro de 2007, apresentava o seguinte panorama:

Por tipo de processo	
Processos por falta de comunicação de medidas nacionais de transposição	01
Processos oficiosos por má aplicação	13
Processos decorrentes de queixas	18
Petições no PE e Questões escritas	04
Total	46
Por fase de Processo	
Processos de infracção por falta de cumprimento de Acórdão do TJCE	03
Processos de infracção no TJCE	02
Processos em fase de Parecer Fundamentado	11
Processos em fase de Notificação de Incumprimento	08
Processos em fase de pedido de observações	12
Total	36
Por sectores de aplicação de direito comunitário	
Água	10
Ar	01
Resíduos	09
Substâncias Químicas, Riscos Industriais e Biotecnologia	01
Ruído	00
Conservação da Natureza	14
Domínios Transversais e Outros	01
Total	36

Verifica-se que se mantém a tendência de maior incidência dos processos abertos contra Portugal relativamente à área da Conservação da Natureza/Protecção da Rede Natura 2000, ao sector da água com maior incidência sobre o tratamento das águas residuais urbanas e ao sector da gestão dos resíduos.

Quanto aos processos contenciosos abertos junto do TJCE durante o ano de 2007 foram proferidos 2 Acórdãos que declararam o incumprimento por parte de Portugal. Ambos os processos diziam respeito à não comunicação em prazo das medidas nacionais de transposição de Directivas comunitárias (Directiva 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente e Directiva 2003/105/CE, que altera a Directiva 96/82/CE relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas).

A 24 de Abril teve lugar, em Lisboa, a habitual reunião global com os serviços da Comissão Europeia sobre processos de infracção em matéria de ambiente no âmbito da qual houve oportunidade de analisar 17 processos pendentes e debater 4 questões de ordem geral colocadas pela DG Ambiente sobre a aplicação do Direito comunitário de ambiente em Portugal.

Promoveram-se ainda 6 reuniões informais (mais 4 que em 2006) com os serviços da DG Ambiente da Comissão Europeia, em Bruxelas, para uma análise mais detalhada de processos de infracção penderentes.

5. COOPERAÇÃO

5.1. Contribuições financeiras

O GRI é o organismo do MAOTDR responsável pela liquidação de todas as contribuições e quotizações para Convenções e Acordos Internacionais na área do ambiente.

Em 2007, o GRI liquidou contribuições e quotizações para Convenções e Acordos internacionais da responsabilidade deste Ministério no valor de €2.656.306,87 (dois milhões seiscentos e cinquenta e seis mil trezentos e seis euros e oitenta e sete cêntimos). Esta contribuição permitiu que fossem satisfeitos todos os compromissos que se encontravam por cumprir com vencimento até ao final do ano de 2007.

5.2. Cooperação para o Desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento levada a cabo pelo MAOTDR em 2007 deu continuidade à estratégia de actuação anteriormente definida e que consta de promover a participação do Ministério em actividades de cooperação multilateral e bilateral.

Em termos multilaterais merece particular destaque o cumprimento dos encargos decorrentes da participação de Portugal, como país-parte das principais Convenções e Acordos internacionais na área de competência deste Ministério, particularmente nas Convenções e Acordos Internacionais classificadas como de: Apoio ao Desenvolvimento.

Ainda no âmbito da actividade multilateral, o GRI promoveu, coordenou e apoiou, isoladamente ou em conjunto com outros Organismos deste Ministério a preparação de projectos que foram apresentados para financiamento a agências de cooperação e que têm como beneficiários os países da CPLP. Foi ainda iniciado um projecto, que com recurso a consultadoria externa, prevê a elaboração de um manual/guia para elaboração de Projectos de Cooperação com vista à sua apresentação para financiamento internacional. Este manual/guia analisará o *procurement* das principais agências financiadoras de cooperação para o desenvolvimento, pelo aumentará a capacidade dos países para obterem financiamentos internacionais.

No que se refere à cooperação bilateral o GRI promoveu diversas acções de cooperação com os países da CPLP, nomeadamente apoio no reforço da capacitação institucional disponibilizando e promovendo a participação de técnicos destes países em organismos deste Ministério, apoiando a plena participação dos PALOP e Timor-Leste nas organizações internacionais de ambiente, quer apoiando tecnicamente os processos de adesão quer apoiando a participação de técnicos destes países em reuniões internacionais.

5.3. Cooperação Ibero-Americana

5.3.1. VII Fórum Ibero-Americano

Realizou-se nos dias 11 a 13 de Junho, em El Salvador, o VII Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente que teve como temáticas os recursos hídricos, as alterações climáticas, a governação ambiental internacional, a biodiversidade e qualidade ambiental. Os Ministros adoptaram a Declaração de San Salvador, da qual se destacam os seguintes compromissos:

Em matéria de recursos hídricos, os Ministros acordaram em reunir esforços para renovar a componente latino-americana da Iniciativa da Água da UE. Portugal e Espanha comprometeram-se em solicitar à Comissão Europeia a designação de um responsável político com poder decisório e a criação de um Fundo específico para esta matéria. Para além, de concordarem em reunir esforços para alcançar a gestão integrada dos recursos hídricos, consideraram necessário a consolidação do mandato institucional e a participação dos diferentes actores interessados

nesta matéria, de forma a adoptarem-se políticas públicas e a mobilizarem-se novos recursos financeiros, com a finalidade de melhorar a quantidade e qualidades dos recursos hídricos.

Em matéria de alterações climáticas, os Ministros acordaram em incorporar nas agendas nacionais a criação de estratégias e medidas, com o objectivo de diminuir as vulnerabilidades e impactos resultantes das alterações climáticas, assim como o desenvolvimento de políticas que incentivem padrões de consumo e produção sustentáveis que contribuam para a redução de gases com efeito de estufa.

Em matéria de biodiversidade, os Ministros comprometeram-se que, até 2010, desenvolver todos os esforços, para que seja aprovado no âmbito da Convenção da Biodiversidade Biológica um regime internacional sobre acesso a recursos genéticos e partilha de benefícios.

Em matéria de qualidade ambiental, os Ministros acordaram em aprofundar o debate sobre o princípio da responsabilidade do produtor e concordaram em solicitar à Rede Ibero-Americana de Responsáveis em matéria de Qualidade Ambiental a preparação de um programa de trabalho da referida Rede.

Em matéria de governação ambiental internacional, os Ministros reconheceram a necessidade de reforçar o mandato do PNUA e reconheceram a necessidade de se fortalecer o diálogo no âmbito da reforma do sistema das Nações Unidas.

Portugal foi representado pelo Gabinete de Relações Internacionais e pelo Instituto da Água, e referiu na sua intervenção que "Portugal pretende, durante a Presidência, dar um verdadeiro impulso político à acção europeia em matéria de água e biodiversidade" e que "ameaças aos recursos naturais do planeta são um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável e implicam um empenhamento reforçado na concretização dos compromissos internacionalmente assumidos".

5.4. Cooperação bilateral

5.4.1. IX Cimeira Luso-Marroquina

Teve lugar em Rabat, em Abril de 2007 a IX Cimeira Luso-Marroquina.

No âmbito desta Cimeira foram assinados dois acordos de cooperação:

Acordo de Cooperação no domínio do Ambiente e do Ordenamento do Território entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos

Memorando de Entendimento para o desenvolvimento e realização de acções de cooperação no âmbito das alterações climáticas e do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto.

5.4.2. I Cimeira Luso-Tunisina

Realizou-se em Março de 2007 em Tunis, a I Cimeira Luso-Tunisina.

No âmbito desta Cimeira foi assinado um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento e realização de acções de cooperação no âmbito das alterações climáticas e do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto.

Acordo de Cooperação entre Portugal e Espanha para o Programa de Reprodução em Cativeiro do Lince Ibérico

Portugal e Espanha assinaram o Acordo de Cooperação relativo ao Programa de Reprodução em Cativeiro do Lince-Ibérico, em Lisboa, a 31 de Agosto de 2007. Este Acordo visa a cooperação entre as Partes para a plena integração da República Portuguesa no Programa espanhol de reprodução em cativeiro do lince-ibérico, assim como a coordenação das acções necessárias para a sua implementação no território de ambas as Partes, com vista ao completo êxito do Programa que visa contribuir para a conservação da espécie de felino mais ameaçada na Europa.

Rios Luso-Espanhóis

Em 2007 o GRI continuou a integrar a equipa do MAOTDR à Delegação Portuguesa à Comissão de Acompanhamento da Convenção de Albufeira sobre os rios transfronteiriços Luso-espanhóis. Há a destacar em 2007 a realização da VIII Reunião Plenária da CADC.

A VIII Reunião Plenária da CADC realizada em Madrid no dia 8 de Maio, teve como pontos-chave os seguintes:

- Apresentação e aprovação do relatório relativo ao ano hidrológico 2005/2006 e do relatório de actividades de 2006 e plano de actividades 2007-2008;
- Apresentação do relatório intermédio hidrometeorológico – Regime de Caudais 2006-2007;
- Análise de questões relativas à bacia do Guadiana que estavam pendentes – reposição dos caudais requeridos na secção de Badajoz para o ano hidrológico 2005/2006, discrepâncias nos registos de medições nas estações de controlo do rio Guadiana, captações espanholas na margem esquerda do rio Guadiana, nova captação na margem esquerda solicitada pela Junta da Extremadura, planos de emergência interna e externa do Alqueva, contaminação das águas dos rios Múrtega e Ardila, conclusões operacionais dos estudos sobre situação ambiental do Estuário, do rio Guadiana, captação de Boca-Chanca, aproveitamento sustentável do Baixo Guadiana, Monitorização do estuário, refinaria de Badajoz;
- Pedido por parte da delegação portuguesa relativo ao nivelamento no troço fronteiriço do Douro, tendo a parte espanhola referido não ver objecções à satisfação do mesmo;
- Discussão sobre aspectos organizativos relativos à realização da II Conferência de Partes e da seguinte reunião plenária;

O balanço da actividade da Convenção em 2007 é bastante positivo reflectindo o empenho que ambas as delegações imprimiram às actividades dos Grupos de Trabalho tendo como resultado o fortalecimento das relações bilaterais nesta área.

6. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A área da Documentação e Informação, em 2007 assegurou a análise, selecção e divulgação interna e externa de informação e legislação ambiental relevante, nomeadamente através do site do GRI; assegurou ainda a catalogação e indexação de monografias e periódicos e respectivo carregamento na base de dados bibliográfica.

Este sector teve ainda intervenção nas seguintes áreas:

Site

Na sequência da reformulação do site do GRI, foram efectuadas correcções de alguns problemas que ainda subsistiam e foram ainda equacionados novos desenvolvimentos a implementar, no sentido de melhorar o funcionamento do site.

Newsletter

Procedeu-se à edição electrónica de quatro números da Newsletter do GRI, com informação relativa às actividades deste Gabinete e do MAOTDR e legislação nacional e comunitária relevante.

Organização de eventos

Este sector esteve envolvido na organização de eventos institucionais, colaborando com a Secretaria-Geral na área protocolar. Esteve também envolvido na organização de eventos no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da EU nas áreas de intervenção do GRI, nomeadamente, entre outras, na Reunião Informal de Ministros do Ambiente.

Ozzy Ozono

O GRI procedeu à reprodução da versão em língua portuguesa do filme de animação da UNEP - "Ozzy Ozono", sobre a protecção da camada de ozono para efeitos de divulgação, tanto no âmbito da cooperação internacional como para acções de sensibilização e apoio a escolas. Subsequentemente foi iniciada a divulgação para alguns países da CPLP.

7.RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

7.1.Recursos humanos

Tendo em conta um total de 22 elementos que fizeram parte integrante deste Gabinete, no ano de 2007, foram 20 os que efectivamente nele prestaram funções, distribuídos da seguinte forma:

Relação Jurídica de Emprego	Situação inicial	Situação final	Observações
Pessoal do Quadro	14	12*	Entrada de 1 assistente administrativo através de concurso. Entrada de 1 motorista por transferência.
Comissão de Serviço	2	1	Director Subdirectora
Regime de avença	3	6	Conversão de 3 aquisições de serviços para contratos de avença.
Aquisição de Serviços	10	3	
Estagiários	0	1	

* Dos 12 elementos do quadro, 2 encontram-se a prestar serviço noutros organismos (um requisitado e 1 destacado).

- No ano de 2007, procedeu-se à nomeação em substituição dos cargos de director de serviços de Políticas Comunitárias e Internacionais e de chefe de Divisão de Políticas Bilaterais, Multilaterais e de Apoio ao Desenvolvimento, tendo sido lançado o procedimento concursal do cargo de direcção intermédia de 1.º grau ainda em 2007.
- Em 2007, ao abrigo da legislação enquadradora do CEAGP, foram dirigidos ao INA diversos pedidos para colocação de 1 jurista.
- O reforço dos serviços administrativos previsto para 2007, verificou-se, com a entrada de um administrativo através de concurso interno geral de acesso e de um motorista por transferência.
- Formação Profissional: Dos 27 funcionários e colaboradores, 10 elementos (37%) usufruíram de formação, sendo que 7 funcionários do quadro receberam formação. No total foram frequentadas 15 acções de formação, 12 com custos e 3 gratuitas.

- Foi concluído o concurso aberto em Setembro de 2006 para 2 assistentes administrativos principais. Deste concurso um administrativo do GRI foi promovido à categoria de assistente administrativo principal, admitindo-se um segundo.
- Procedeu-se à conversão de três aquisições de serviços para contratos de avença.
- Cumpriu-se na íntegra a Resolução de Conselho de Ministros 199/2005, de 7 de Dezembro "Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP)".
- Relatório do Plano de Formação enviado à Direcção-Geral da Administração e Emprego Pública antes do prazo exigido pela DGAEP.

7.2. Recursos Financeiros

O total dos recursos orçamentais afectos no Orçamento de Estado para 2007 ao GRI atingiu 1.999.780 euros, correspondendo 774.580 euros ao orçamento de funcionamento e 1.225.200 euros a projectos de investimento e despesas de desenvolvimento que o GRI se propôs executar ao longo de 2007. Do total mencionado refira-se que 105.200 euros constituíram receita prevista em reembolsos de viagens financiadas pelo Conselho da U.E.

Face à aplicação do Decreto-Regulamentar nº 51/2007, de 27 de Abril, que aprovou a estrutura orgânica do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, foi dado início, em Setembro p.p. à consolidação orçamental dos dois organismos, GRI e DPP. O GRI manteve, no entanto, as suas actividades em funcionamento, na nova orgânica, e as respectivas dotações que resultaram dos saldos disponíveis na transferência, com excepção dos congelamentos mandados efectuar por despacho, de 7 de Setembro, do S. Adjunto e do Orçamento.

Posteriormente, para fazer face a compromissos assumidos pelo ex-DPP foi autorizado a sua descativação, tendo ainda as disponibilidades financeiras do GRI reforçado o orçamento do DPP.

Relativamente ao orçamento de PIDDAC importa referir que foi o mesmo reforçado no valor de 2.041.055,60 para pagamento das contribuições internacionais anteriores a 2007, o que se efectivou.

(VER QUADRO NA PÁGINA SEGUINTE)

Do referido quadro conclui-se que:

1. Despesas com Pessoal – os custos correspondem a 79,17% da execução
 - 1.1. Remunerações certas e permanentes – a execução correspondeu a 72,74% do total e a 91,88% das Despesas com Pessoal.

Foram abertos dois concursos para os lugares de Chefe de Divisão e Director de Serviços tendo sido nomeados em regime de substituição, a partir de Maio, para os referidos lugares um técnico superior e uma assessora, enquanto não se concluíram os mencionados concursos. Foi ainda admitido um motorista que tomou posse do lugar no quadro de pessoal do DPP.
Foram assinados, com o início em Dezembro, três novos contratos de avença no âmbito da consultadoria técnica.
 - 1.2. Abonos variáveis ou eventuais – a execução correspondeu a 5,59 % do total e a 7% das Despesas com Pessoal.

Apesar do pagamento de horas extraordinárias e trabalho em dias de descanso semanal a grande parte do pessoal do GRI, verifica-se que relativamente ao orçamentado houve uma preocupação na redução da despesa prevista em cerca de 31%.
 - 1.3. Segurança Social – a execução correspondeu a 0,85 % do total e a 1,07% das Despesas com Pessoal.
2. Aquisição de bens e serviços – a execução correspondeu a 19,19% do total.
3. Aquisição de bens de capital – a execução correspondeu a 1,41% do total executado.

O decréscimo da despesa em cerca de 16% relativamente ao orçamento inicial indica o esforço de contenção efectuado, e a grande incidência da despesa no âmbito do orçamento de PIDDAC em função da Presidência Portuguesa do Conselho da U.E.

Outro factor que igualmente contribuiu para a redução apontada, foi a não concretização de entrada de novos elementos de pessoal, para reforço do quadro de pessoal na área do GRI.

No âmbito do orçamento do PIDDAC registou-se o pagamento das contribuições devidas, de 2003 a 2006, ao Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que empobrecem a Camada de Ozono, através de um reforço orçamental no valor de € 2.041.055.

ORÇAMENTO	GRI - RECURSOS ORÇAMENTAIS 2007				
	Inicial	Congel.	Corrigido	Execução	% Execução
TOTAL (OF+PIDDAC)	1.999.780	-140.605	3.900.231	3.725.577	96%
ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO	774.580	-15.288	759.292	622.919	82%
Despesas com Pessoal	558.115		558.115	493.195	88%
Remunerações Certas e Permanentes	501.631		501.631	453.127	90%
Abonos variáveis ou eventuais	49.970		49.970	34.797	70%
Segurança social	6.514		6.514	5.272	81%
Aquisição de Bens e Serviços	182.880	-15.288	167.592	119.554	71%
Transferências correntes	2.304		2.304	1.403	61%
Aquisição de Bens de Capital	31.281		31.281	8.767	28%
PIDDAC	1.225.200	-125.317	3.140.939	3.102.658	99%
<i>Prog 001- Sociedade de Informação e Governo Electrónico</i>					
<i>Med.003 - Serviços Públ. Orientados p Cidadão. A.P. Moderna e Eficiente</i>					
Proj-3172- Site sobre Rel. Internacionais e Desenvolvimento da Intranet - act 101/106	39.480	-3.293	36.187	34.490	95%
<i>Prog 002 - Investigação Científica e Tecnológica</i>					
<i>Med.008 - Parcerias Internacionais de Ciência e Tecnologia</i>					
Proj 3179 - Participação e Coordenação nos Fora Internacionais. Contribuições p/ Organismos Internacionais - act 103/107	700.150	-54.167	645.983	645.983	100%
<i>Prog 005 - Cooperação</i>					
<i>Med.002 - Apoio ao desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza</i>					
Proj-4361 - Cooperação c/ Países da Comunidade de PLOP e Contribuições p/ Organismos Internacionais - Act. 102/108	116.328	-23.671	2.133.713	2.133.712	100%
<i>Prog 019 - Ambiente e Ordenamento do Território</i>					
<i>Med.010 - Ambiente e Recursos Naturais</i>					
Proj-5609 - Preparação e realização da Presidência Portuguesa do Conselho da U.E. em 2007 - Act. 104/109	369.242	-44.186	325.056	288.473	89%

7.3. Recursos Materiais e Instalações

Face à fusão dos serviços, a área administrativa foi transferida para as instalações da Av. D. Carlos I, assim como o material e equipamento afecto às unidades em causa. Em termos de investimento em bens de capital refira-se que se adquiriram três computadores portáteis e dois pessoais considerando as necessidades surgidas com a Presidência Portuguesa do Conselho da EU, a perspectiva de admissão de novos elementos de pessoal, e a necessidade de instalação de software mais actual para a edição da newsletter da competência do Centro de Documentação e Informação do GRI.

Foi ainda adquirido um novo servidor para substituição dum hardware que aloja a intranet do GRI e as impressoras instaladas em rede. O equipamento substituído, adquirido em 1999, já não sustentava qualquer tipo de contrato de assistência.